

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATALIA DO ROCIO LUIZ

**TURISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: ALTERNATIVAS PARA A
INCLUSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE CURITIBA/PR.**

CURITIBA
2017

NATALIA DO ROCIO LUIZ

**TURISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: ALTERNATIVAS PARA A
INCLUSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE CURITIBA/PR.**

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo
apresentado ao Curso de Turismo, Setor de Ciências
Humanas, Universidade Federal do Paraná como
requisito à obtenção do título de Bacharel em Turismo.
Orientador: Prof. Dr. Bruno Martins Augusto Gomes

CURITIBA

2017

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me guiar desde o primeiro dia até a conclusão deste curso. Pelas oportunidades de aprendizado, pela inspiração e por me ensinar a cada dia que a forma pela qual a vida vale ser vivida é com fé, esperança e acima de tudo, o amor.

À minha família, que me faz me orgulhar do sobrenome Stoqueiro e que sempre demonstrou apoio às minhas decisões. Especialmente à minha mãe, Neide do Rocio de Barros Stoqueiro Luiz, a guerreira humilde que me incentiva na busca pela concretização dos meus sonhos e me cobriu com amor incondicional, compreendendo minhas ausências pela dedicação à pesquisa mesmo em um de seus momentos mais difíceis. Também a meu pai, José Benedito Ferreira Luiz, que me ofereceu apoio, amor e paciência.

Aos meus queridos, Daiane e Israel Nascimento. Sem a amizade, as orações e palavras de ânimo que me ofereceram, eu não teria conseguido me manter firme em meus princípios e propósito durante estes quatro anos.

Ao professor Bruno Martins Augusto Gomes, por aceitar o desafio de orientar um projeto como este e pela prestatividade, apoio e instrução paciente e detalhada.

À equipe CCVB, que auxiliou em diversos momentos nesta jornada, com materiais de apoio e palavras de incentivo.

Aos meus amigos e colegas, que me proporcionaram momentos de descontração e companheirismo essenciais para a continuidade.

Aos entrevistados pela receptividade, disponibilidade de tempo e atenção que me ofereceram durante a execução da pesquisa.

A cada um, que de alguma forma contribuiu para a realização deste projeto.

“O temor do Senhor é o princípio da sabedoria e o conhecimento do Santo, o entendimento”.
Provérbios, 9:10

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Modelo de pesquisa.....	34
-----------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	38
QUADRO 2 - METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	51
QUADRO 3 – ETAPA 1.....	52
QUADRO 4 – ETAPA 2.....	53
QUADRO 5 – ETAPA 3.....	54
QUADRO 6 – ETAPA 4.....	56
QUADRO 7 – RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS EM CADA ETAPA.....	56
QUADRO 8 – ORÇAMENTO E DESEMBOLSOS POR ETAPA.....	57

LISTA DE SIGLAS

CIAMP Rua/PR - Comitê Intersectorial da População em Situação de Rua

CREAS -Centros de Referência Especializados de Assistência Social

FAS - Fundação de Assistência Social

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IMAP - Instituto Municipal da Administração Pública

INRUA- Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS - Serviço Único de Assistência Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

O presente trabalho apresenta a discussão sobre turismo e assistência social: alternativas para inclusão da população em situação de rua. Como objetivo geral, pretendeu-se analisar as contribuições e entraves do turismo para a inclusão social das pessoas em situação de rua em Curitiba. Esta abordagem se desenvolveu por meio de pesquisa teórica, empírica, abordada de forma qualitativa, por meio de entrevistas com agentes da iniciativa privada, pública e a sociedade civil. Além disso, utilizou-se também de observação não participativa. Os resultados foram descritos e analisados com base na teoria fundamentada e analisados de acordo com três variáveis, sendo elas: valores, inclusão social e responsabilidade social e foi possível observar que a inclusão social foi a variável com maior incidência. Estes resultados permitiram levantamentos que conduziram a elaboração de um projeto que visa a inclusão social deste grupo populacional em Curitiba. As conclusões estão vinculadas principalmente ao turismo como ferramenta efetiva de inclusão social da população em situação de rua, neste caso por meio da educação patrimonial.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	11
2.1.2 A Prática da Assistência Social.....	11
2.1.3 Setor Público e a Assistência Social no Brasil.....	13
2.1.4 População em Situação de Rua.....	16
2.1.5 Políticas de Assistência Social e a População em Situação de Rua em Curitiba.....	21
2.2 TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL.....	23
2.2.1 A Prática da Inclusão Social no Turismo.....	23
2.2.2 A Responsabilidade Social nas Empresas de Turismo	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS.....	33
3.1.1 Coleta e Análise de Dados.....	33
3.1.2 Entrevistas.....	34
3.1.3 Observação direta não participante.....	37
3.1.4 Análise dos Dados.....	37
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	38
4.1.1 Entrevistado A - Fundação de Assistência Social – FAS.....	39
4.1.2 Entrevistado B - Movimento Nacional da População em Situação de Rua....	41

4.2.3 Entrevistado C - Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – InRua.....	47
4.2.4 Entrevistado D – Guia de turismo/ empresário.....	47
4.2.5 Síntese dos Resultados.....	48
5 PROJETO DE TURISMO.....	49
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	49
5.1.1 Educação Patrimonial.....	49
5.2 ETAPAS DO PROJETO.....	51
5.2.1 Descrição das etapas do projeto	51
5.2.1.1 Etapa 1: observação.....	51
5.2.1.2 Etapa 2: registro	53
5.2.1.3 Etapa 3: exploração.....	53
5.2.1.4 Etapa 4: apropriação.....	54
5.2.2 Recursos humanos envolvidos em cada etapa.....	56
5.2.3 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa.....	57
5.2.4 Avaliação do Retorno do Investimento.....	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICES.....	68

INTRODUÇÃO

É recorrente na literatura, o entendimento do fenômeno da população em situação de rua como parte do processo de formação da sociedade capitalista e sua consequente exclusão social dos grupos menos favorecidos. Nesse sentido, a assistência social atua como meio para a prestação de auxílio para garantia das necessidades básicas das populações fragilizadas. Contudo, ainda são escassas as tentativas de inclusão voltadas especificamente à população de rua, principalmente devido à estigmatização social que enfrentam e as perspectivas limitadas de ruptura com suas condições de vida.

Em Curitiba, em 2016, a Associação Comercial do Paraná- ACP, expressou publicamente sua preocupação com o agravamento da presença da população em situação de rua na cidade. Em nota, a entidade declarou haver urgência na reversão do quadro, visando o envolvimento autoridades e entidades representativas da sociedade na causa. Esta necessidade das medidas foi justificada pelo zelo com a imagem da cidade – modelo para o Brasil e o mundo devido ao seu “respeitado patrimônio urbanístico”; do comércio – afetado pela presença das pessoas em situação de rua; e da própria população. Com o agravamento deste cenário, evidenciou-se a necessidade de criação de um plano conjunto para a manutenção da ordem nos espaços públicos do município, que priorize o respeito aos seres humanos nessa condição (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, 2016).

Portanto, os grandes centros urbanos são locais em que a realidade desse grupo populacional social e economicamente fragilizado fica evidente, sendo percebido como incômodo na sociedade capitalista. Em Curitiba/PR, o fenômeno se apresenta em meio a edificações, atrativos e outras referências ao turismo. Desta forma, surge o questionamento: como estreitar a relação entre turismo e assistência social visando à inclusão social de pessoas em situação de rua? Para solucionar tal problema, pretende-se, como objetivo geral, analisar as contribuições e entraves do turismo para a inclusão social das pessoas em situação de rua em Curitiba.

Para este propósito, o primeiro objetivo específico consiste em elaborar um referencial teórico que relacione turismo e inclusão social de pessoas em situação de rua. O segundo objetivo específico é identificar as possibilidades de inclusão social das pessoas em situação de rua por meio do turismo em Curitiba. O terceiro objetivo específico consiste em apresentar um projeto para a inclusão social das pessoas em situação de rua por meio do turismo em Curitiba, o qual considerará paralelamente as

contribuições do referencial teórico e da pesquisa empírica.

A metodologia utilizada para coleta e análise de dados consiste em pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada na teoria fundamentada, especificamente em suas quatro primeiras etapas, as quais julgou-se serem mais adequadas para a presente abordagem. Foram realizadas entrevistas, com roteiros semiestruturados, compostos por indicadores levantados no referencial teórico. A pesquisa foi aplicada com agentes identificados como essenciais no direcionamento e definição do projeto, sendo um representante de cada área abordada: setor público - voltado à assistência social, setor privado - voltado ao turismo e cultura e a sociedade civil - relacionado à população em situação de rua. Esses levantamentos permitiram o encaminhamento da análise conjunta dos discursos observados.

O trabalho foi dividido em tópicos, de modo a contemplar os pontos supracitados. Apresenta-se primeiramente a discussão teórica relacionada à assistência social, incluindo três abordagens: o setor público e a assistência social no Brasil; a população em situação de rua e as políticas de assistência social; e a população em situação de rua em Curitiba. Na sequência, apresenta-se a discussão teórica sobre turismo e inclusão social, incluindo a abordagem sobre a responsabilidade social nas empresas de turismo. Das referidas etapas foram extraídos indicadores para a análise, que permitiram atingir os objetivos e consequentemente responder ao problema de pesquisa.

Em seguida apresenta-se a proposta metodológica bem como seus desdobramentos, com a identificação dos instrumentos e técnicas de pesquisa utilizadas, a qual possibilitou a coleta e análise dos dados. Estes resultados foram analisados e descritos, pautando um projeto para a inclusão social da população em situação de rua por meio do turismo em Curitiba. Por fim, com base nos resultados e dada proposição do projeto, foram apresentadas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo tem como objetivo fornecer um conhecimento geral sobre a atuação, princípios e estrutura da assistência social. Para tanto, serão abordados aspectos da formação histórica da prática da assistência social até sua conformação mais recente. Será abordada sua relação com a atuação do setor público nacionalmente, permitindo o entendimento das políticas públicas fundamentando o posterior entendimento da discussão relacionada diretamente ao fenômeno da população de rua.

Após esse detalhamento, serão abordados aspectos específicos da população em situação de rua, permitindo identificá-la, caracterizá-la e chegar a uma compreensão de causas e efeitos da expansão do fenômeno. A partir dessa compreensão, serão tratadas as políticas de assistência social e a população em situação de rua especificamente em Curitiba, permitindo entender a atuação das instituições e fornecendo uma visão geral do desenvolvimento do fenômeno no município.

2.1.2 A prática da Assistência Social

A prática da assistência ao outro é antiga e tem seu desenvolvimento histórico ligado à filantropia e à caridade (LONARDONI ET AL. 2006). Complementarmente, Rodrigues e Machado (2014) explicam que a solidariedade dirigida aos menos capazes se aperfeiçoou como parte de um processo de formação social, que envolveu transformação nas concepções e práticas de assistência.

O entendimento da chamada “questão social” foi fundamental para a concepção atual do modelo de proteção social. “Desde a sua gênese o Serviço Social teve na ‘questão social’ a sua base fundante” (WEIDAUER, 2008, p. 93). O que se observa, porém é uma recorrente confusão entre a “questão social” em si e os problemas sociais, sendo que estes últimos são apenas consequência do primeiro.

Weidauer (2008) explica essa relação:

Questão social é mais do que problemas e/ou manifestação social. É a expressão (conceitual e concreta) da sociabilidade erguida sob o comando

do capital, com todos os efeitos sociais que emergem da luta pela apropriação da riqueza social criada a partir do trabalho não pago. A necessidade de apreender suas múltiplas expressões e formas concretas assumidas no cenário contemporâneo vai além do aspecto da pobreza (WEIDAUER, 2008, p. 93).

Nesta diferenciação, não basta apenas substituir uma expressão pela outra, pois enquanto o problema social considera o indivíduo como responsável por sua situação, a questão social considera questões mais profundas, ligadas às relações de trabalho e suas conseqüentes disparidades, sejam elas sociais, políticas ou culturais (WEIDAUER, 2008). A questão social constitui-se, portanto, num fenômeno proveniente da sociedade capitalista (SANTOS, 2014).

Luiz (2013), em seu livro “Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional”, explica de que forma os processos conservadores da questão social se desenvolveram e servem como diretrizes para a atuação do Serviço Social. Ele explica que as políticas públicas, mesmo em diferentes momentos históricos, priorizaram uma classe determinada e foram construídas historicamente de forma hegemônica, tanto em seu processo de formação, como em sua aplicação prática, propiciando a não emancipação das classes subordinadas. O serviço social apresenta-se então como um caminho para essa emancipação.

A visão de Sposati (2007, p. 437), mostra-se complementar quando explica que “o âmbito de uma política social é resultante de um processo social, econômico, histórico e político”. Mais do que um caminho individual, essas condições revelam uma construção histórica da sociedade. Para a autora, a Assistência Social foi concebida sob um “campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas, tradições. Seu processo de efetivação como política de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais” (SPOSATI 2009).

Lonardoní et al. (2006, p. 1) explicam que no Brasil, “até 1930 não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como ‘caso de polícia’ e problematizada”. Para Sposati (2009) esse sistema de proteção social ainda está em construção. Ela defende que a conceituação de Assistência Social e a especificação de sua área de atuação devem ir além de uma política voltada aos pobres ou socialmente fragilizados. Para a autora, “esse modo de ver contém em si uma manifestação que aparta um segmento da população, recorta os cidadãos por níveis de renda e separa aqueles de baixa renda confinando-os em um aparato específico”, (Sposati, 2009, p. 13), como se suas necessidades fossem diferentes das de outros cidadãos.

Complementarmente, para Weidauer (2008, p. 93), “a privação de bens materiais e a pobreza material são (apenas) algumas das resultantes da “questão social”, constituindo-se em demandas do Serviço Social”, como um todo.

Os esforços por uma definição concisa do Serviço Social permitem abranger toda sua área de atuação, voltada ao atendimento das necessidades básicas de todos os cidadãos. Costa (2005) explica que essas necessidades básicas são a alimentação, a higiene e as necessidades fisiológicas, o vestuário e o abrigo. Silva (2009) menciona além dessas, também a saúde, que apesar de serem elementos fundamentais, ficam aquém da população em situação de rua.

Sposati (2009), Lonardoni et al. (2006), Weidauer (2008) e Luiz (2013) complementam-se ao explanarem o fato de que no Brasil, a questão social, como fator de determinante da atuação da Assistência Social, apresenta múltiplos desafios vinculados à história do Estado Social brasileiro. É nesse cenário que se desenvolvem as políticas de Assistência Social abordadas na sequência.

2.1.3 Setor Público e a Assistência Social no Brasil

Sposati (2009), explica que no Estado social brasileiro, a história revela o funcionamento da assistência social baseado em uma transição de atenções entre instituições filantrópicas e até mesmo renegada pelas discussões legais, que por muito tempo a impediram de ser efetivada como plena responsabilidade do Estado e como campo de consolidação dos direitos sociais. Lanardoni et al. (2006), ainda explicam que a primeira grande regulação da assistência social no país foi em 1938, com a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS.

Segundo Lonardoni et al. (2006) a primeira grande instituição de assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA, fundada em outubro de 1942, que tem seu início marcado pela presença das mulheres e pelo patriotismo. Presidida pelas primeiras damas, a LBA passa a atender calamidades pontuais e de emergência, que marcam um modelo de assistência social. Em 1969, a LBA é ampliada e transformada em fundação, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, contando com novos programas e projetos, até 1974, quando é criado pela Ditadura Militar, o Ministério da Previdência e Assistência Social.

Após um longo processo de conformação desta área como filantropia, e mais tarde uma participação apenas parcial do Estado, o grande marco para a Assistência

Social como política se dá na Constituição Federal de 1988, chamada Constituição Cidadã. Em seu artigo 194, ela garante direitos fundamentais e sociais, como responsabilidade pública estatal, além de fixar a Assistência Social no campo da Seguridade Social (QUINONERO 2013). Essa ideia é complementada por Lanardoni et al. (2006), que explica que a Constituição Federal é um marco fundamental no processo de consolidação da área, porque ela reconhece a assistência social como política social que, passa a compor, juntamente com as políticas de saúde e de previdência social, o sistema de seguridade social brasileiro.

Nessa perspectiva, especificamente, os artigos 203 e 204 da Constituição Federal tratam da Política de Assistência Social. O primeiro informa os destinatários, definindo que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Como objetivos, são elencadas a proteção e também a promoção da integração desses destinatários ao mercado de trabalho. O segundo trata sobre origem dos recursos e o papel do governo, definindo que as ações governamentais na área da assistência social devem ser realizadas com recursos advindos do orçamento da seguridade social. Em relação às atribuições, define-se que a coordenação e as normas gerais cabem à esfera federal, enquanto a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal assim como a entidades beneficentes e de assistência social.

Quinonero (2013) explica que apenas em 1993, para regulamentar artigo do texto constitucional, é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS. Essa foi a lei que instituiu a Assistência Social como um direito social não contributivo, prevista como direito do cidadão e como dever do Estado. A partir disso, estabeleceram-se detalhadamente princípios e diretrizes, especificamente sobre a proteção social, devendo esta ser garantida por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Posteriormente, “essas mudanças foram detalhadas em três instrumentos principais: a Política Nacional de Assistência Social de 1998 e duas Normas Operacionais Básicas editadas em 1997 e 1998” (QUINONERO, 2013, p. 48).

Esse respaldo político e legal não foi suficiente para evitar que em 2004, um marco negativo na história da população de rua ocorresse; a chamada Chacina da Praça da Sé, deixou oito moradores de rua feridos e 7 mortos. Esse foi o ponto de partida para que fosse criado, no mesmo ano, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), protagonista na defesa dos direitos dessa população. Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria

Nacional de Assistência Social (SNAS) realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em Brasília. Também em 2005, o artigo 23 da LOAS foi alterado, para acrescentar especificamente a obrigatoriedade de formulação de programas de atendimento a pessoas em situação de rua, por parte do poder municipal (WORLD WITHOUT POVERTY, 2015).

Em 2006, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com a finalidade de garantir recursos federais como parte do financiamento para municípios, aos programas destinados à oferta de serviços de acolhimento.

O Conselho Nacional da Assistência Social, em 2009, apresenta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), por níveis de complexidade do SUAS – Serviço Único de Assistência Social. A primeira tipificação é a Proteção Social Básica, que trata do atendimento ligado às famílias e domicílios, principalmente a ações de prevenção de situação de risco e oferta de serviços voltados à socialização; e a segunda trata-se da Proteção Social Especial, que presta atenção integral às famílias e pessoas com direitos violados e laços rompidos ou em situação de fragilidade, sejam eles laços comunitários ou familiares. A proteção Social Especial é dividida em Média e Alta Complexidade. Destacam-se os de Média complexidade, pois contemplam: serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Em 2011 a lei 12.435/2011, alterou a de 1993, sobre a organização do Serviço Social, instituindo também o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Segundo Lonardon et al. (2006), todo esse processo permite compreender que a Assistência Social não surge com a Constituição Federal de 1988 ou com a LOAS. “Ela existe anteriormente como uma prática social, alcançando nesses marcos legais, o status de política social, convergindo ao campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal” (LONARDONI ET AL. 2006, p. 1).

Apesar destas transformações firmadas pelos marcos legais, a Assistência Social no Brasil depende de um comprometimento efetivo dos agentes envolvidos na Política de Assistência Social para ser, de fato, garantia dos direitos constitucionais. Nessa perspectiva, Rua (2006), explica que um dos principais desafios para a regularidade das políticas públicas no Brasil é a descontinuidade administrativa. Para a autora, a inexistência de uma missão institucional consolidada nos órgãos públicos,

leva à tendência de que as administrações sejam pautadas em interesses e convicções particulares dos gestores e os programas e projetos sejam interrompidos. Essa ideia corrobora com o exposto por Lonardoni, et al. (2006), ao afirmar que as leis por si sós, não são capazes de modificar imediatamente o legado do início das práticas de assistência, fundamentadas na filantropia e caridade. (LONARDONI ET AL. 2006). Rua (2006) concorda que não basta apenas criar ou implementar uma política pública de inclusão social. Para os autores supracitados, as mudanças legalmente propostas precisam estar vinculadas a todos os envolvidos no processo de gestão da Política de Assistência Social, em todos os níveis federativos. Estabelecido o panorama das políticas públicas de assistência social no país, torna-se válido definir, caracterizar e compreender o público de interesse dessas políticas na presente discussão, a população em situação de rua, como se verá na sequência.

2.1.4 População em Situação de Rua

Como já mencionado, a Constituição é um marco para as políticas públicas sociais, assim como para as políticas públicas direcionadas para a população em situação de rua (KLAUMAN, 2016). Isso porque, é com ela que se dá início ao reconhecimento cidadão dessa população. Para Sposati (1998, p. 3), “a exclusão é a negação da cidadania”. Sendo assim, pode-se dizer que o contrário é válido, e a inclusão da população em situação de rua nos direitos constitucionais, consiste no princípio da afirmação da sua condição de cidadania.

Para Silva (2009, p. 91), o termo “população em situação de rua” retrata um fenômeno social, considerado “um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas”. Sousa (2015), complementa essa ideia ao explicar que as forças de trabalho excedentes, geraram uma massa de trabalhadores, em especial das classes subalternizadas, pessoas que migraram das zonas rurais, com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional. “Jogada à margem do desenvolvimento e do acesso a bens e serviços, uma parcela significativa dessa população passou a buscar as ruas das cidades como sua única forma de sobrevivência” (SOUSA, 2015, p.12). Essa população é definida como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008, p.8)

Mais detalhadamente, Araujo (2012), faz distinção entre as possibilidades de situação de rua, explicando que a definição de “população de rua” é extremamente polêmica, inclusive entre pesquisadores. Isso porque, o termo pode incluir desde os que utilizam a rua como residência permanente, quanto os que tiram da rua seu sustento sem se utilizarem dela como moradia. Nessas duas abordagens, ainda podem se encaixar como população de rua os catadores de papel, prostitutas, trabalhadores itinerantes, andarilhos, mendigos, desabrigados e camelôs, entre outros, com suas múltiplas motivações para permanecerem parte de sua vida na rua (ARAÚJO, 2012). Em relação a essas motivações, majoritariamente, faz parte do processo de ida para a rua, como última alternativa, a busca de novas formas de sustento pessoal ou familiar (COSTA, 2005).

Os motivos que levam a situação de rua apresentam-se dos mais variados possíveis. Grande parte dessa população chegou à situação de rua em virtude de quadros de depressão elevados, consumo de drogas e de trajetórias de desamparo, processos de ruptura de laços familiares ou vínculos comunitários com as localidades de origem, além da limitação econômica (MELO, 2011). É inegável que a necessidade de viver nas ruas faz que essas pessoas desenvolvam diariamente novas estratégias de sobrevivência (COSTA, 2005).

Silva (2009), em seu livro “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil”, detalha a caracterização do fenômeno da População em Situação de Rua, com base nas colocações da literatura contemporânea, identificando seis aspectos comuns característicos dessa população. O primeiro aspecto trata do fato de existirem múltiplos fatores que determinam a situação de rua. O autor os divide em três: fatores estruturais, fatores biográficos e fatores da natureza/grandes desastres. Os fatores estruturais estão ligados a questões econômicas, como ausência de moradia e de trabalho e renda; os fatores biográficos estão relacionados ao histórico individual dessas pessoas, como quebra de laços familiares, doenças mentais e vícios e problemas pessoais; já os fatores da natureza e grandes desastres referem-se a

enchentes e terremotos, por exemplo. Segundo o autor, os dois primeiros fatores são os mais enfatizados pela literatura.

O segundo aspecto que caracteriza essa população é o fato de ser uma expressão da questão social na contemporaneidade, especialmente as desigualdades sociais decorrentes das relações sociais capitalistas, que contribuíram para o desemprego, aumento dos índices de pobreza e a valorização do capital financeiro sobre o capital produtivo.

O terceiro aspecto se refere à sua localização nos grandes centros urbanos, principalmente devido à maior atividade produtiva nesses espaços e a maiores possibilidades de subsistência e geração de trabalho e renda, por iniciativa própria ou por meio de organizações. Nesse aspecto destacam-se a venda de mercadorias de pouco valor, a guarda de carro, a atividade de engraxate, a revenda de ingressos, por exemplo. A localização urbana também se deve à presença de infraestrutura mais adequada para o atendimento de necessidades básicas e de instituições públicas de caráter filantrópico.

O quarto aspecto relaciona-se ao preconceito da sociedade em relação às pessoas atingidas pelo fenômeno. Destacam-se as discriminações e denominações pejorativas, que para o autor, revelam o preconceito social existente. O autor cita como exemplo dessa discriminação, termos como “mendigo”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “vadios”, “sujos”, “rejeitados”, “maltrapilhos”, “carentes”, por exemplo. O quinto aspecto refere-se às particularidades do fenômeno vinculadas ao território em que ele se manifesta. Essas particularidades estão vinculadas às especificidades regionais – como o clima típico de uma região, que pode inibir ou favorecer a manifestação do fenômeno em determinado local. Para o autor, as regiões em que o fenômeno se insere moldam hábitos, valores, características socioeconômicas, culturais e geográficas dessa população, o que diferencia, por exemplo, o comportamento dos indivíduos de região para região.

O sexto aspecto diz respeito à tendência, presente principalmente no Brasil, à naturalização do fenômeno, que é decorrente da falta de políticas capazes de reduzir a pobreza e desigualdade e da falta de dados científicos. Pode-se acrescentar ainda como causa da naturalização a possível baixa presença do sentimento de solidariedade na população. Essa tendência, para o autor, acaba por atribuir aos próprios indivíduos a responsabilidade pela situação em que se encontram. Com isso, isenta o Estado da responsabilidade de enfrentá-lo (SILVA, 2009).

Discutindo as causas do fenômeno, Valencio et al. (2008) explicam que o fato dessa população estar à margem das políticas públicas pode se relacionar à circunstância de ser, muitas vezes, excluída nos censos demográficos, devido ao fato de não possuir em sua maioria uma base domiciliar fixa. Porém, segundo os autores, houve entre de 2007 a 2008, esforços do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em acordo de cooperação assinado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na realização da Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, que forneceu dados quantitativos e qualitativos a respeito dessa população, orientando a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a ela (VALENCIO, et al. 2008). Esse processo de direcionamento de políticas públicas a população em situação de rua ameniza sua estigmatização porque aumenta a notoriedade de seus direitos como cidadãos, mas ainda não extingue a discriminação enfrentada pela população, que devido a sua aparência, higiene e falta de credibilidade perante o restante da sociedade, tem seu acesso integral às políticas públicas prejudicado (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015).

Somado a essa estigmatização, encontram-se os desafios da inclusão, que só se pode medir quando mensurados de frente ao problema social:

A noção de inclusão, no entanto, é diferente e apresenta maiores complicadores. Além de guardar consigo o significado original da *exclusão*, não se pode afirmar que esta palavra se constitua de uma noção ou de um conceito. Trata-se de uma positivação em relação a uma problemática social, a da exclusão. [...] É, portanto, mais um discurso que um conceito (BONETTI, 2006, p 4).

Essa ideia fica clara na oferta de serviços prestados pela assistência social. Muitas vezes ela não atende às necessidades básicas, é insuficiente para atender toda a demanda, ou apresenta baixa qualidade dos serviços oferecidos o que conseqüentemente cria barreiras ao acesso pleno da população. Em relação à qualidade, faz parte do histórico da política assistencial no Brasil a oferta de “serviços pobres, já que são destinados a pessoas pobres”. Essa condição tem origem na crença equivocada - e ainda presente na cultura nacional - de que a assistência se trata de uma benevolência, de um favor prestado à população, e não de um direito social que deve ser garantido (COSTA, 2005).

Nesse cenário, encontram-se limitadas as possibilidades de trabalho para a população em situação de rua. Silva (2009), explica que a elevação da assistência

social, ao patamar de direito social tem como critério a inaptidão ao trabalho. Sob esta perspectiva constitui-se um dos principais desafios que permeia a população em situação de rua. Por um lado, esse grupo não tem acesso ao trabalho assalariado, devido à fatores como a baixa credibilidade frente aos empregadores, aparência debilitada, condições limitadas de moradia e higiene. Dessa forma, obviamente não pode desfrutar das políticas de proteção social dirigida aos trabalhadores. Por outro lado, como muitos são considerados fisicamente capazes, também não tem acesso às políticas dirigidas aos incapazes ao trabalho (onde se enquadra a assistência social). A aptidão ao trabalho torna-se então, uma condição abstrata, porque “são aptos para o trabalho, embora não estejam usufruindo desse direito” (SILVA, 2009, p. 184), justamente por não terem possibilidades reais de usufruto.

Demo (2002, p. 21), complementa esse pensamento ao explicar que a exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação mais drástica no processo de destruição de valores tradicionais que os integrariam à sociedade. Esse processo está relacionado à precariedade em que se encontram, o que acaba gerando nesse grupo populacional um sentimento de não pertencimento e impotência diante de sua própria condição.

Diante disso, as propostas de ação para a população em situação de rua devem reforçar a construção de uma identidade e autoimagem positivas desse grupo, que eliminem suas barreiras individuais, já que cada indivíduo é fundamental na transformação de seu estado de vida. Complementarmente, Coelho e Guimarães (2012, p. 3), ao tratarem das barreiras sociais, defendem que “eliminar ou suprimir barreiras está muito relacionado ao trabalho sobre percepções de valores pessoais dominantes”. O que, conforme visto anteriormente, é mais difícil para a pessoa que se encontra em situação de fragilidade, devido seu próprio conceito sobre si e a estigmatização social que a atinge.

Conforme a análise de Luiz (2013), quando esse desenvolvimento ocorre em grupo, gera possibilidades ainda maiores de afastamento de sua condição subalterna, causando uma ruptura nos modos coletivos de atuar e pensar. Para o autor, há uma potencialidade nesses grupos, que precisam ser instrumentalizados e fortalecidos. A instrumentalização proposta por Luiz (2013) vai ao encontro da proposta do Conselho Nacional do Ministério Público (2015). Esse guia, intitulado “Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua” indica que para a proposição de ações para esse grupo populacional, é preciso aumentar sua autoestima e estimular o desenvolvimento de

consciência crítica sobre sua situação. Assim, podem reivindicar direitos e construir novas perspectivas de vida que incluam possibilidade de deixar as ruas. Nesse sentido, as propostas também devem caracterizar-se pela conscientização da sociedade e afirmação de direitos deste grupo social. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015).

Nessa perspectiva, o próximo tópico abordará as políticas públicas de assistência social na esfera municipal, mais especificamente, em Curitiba, com enfoque nas políticas e ações voltadas à população em situação de rua.

2.1.5 Políticas de Assistência Social e a População em Situação de Rua em Curitiba

O órgão público responsável pela gestão da assistência social em Curitiba é a FAS – Fundação de Assistência Social, que “atua de forma integrada a órgãos governamentais e instituições não governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município” (FAS, 2017). A instituição visa à consolidação da assistência social em conformidade com as diretrizes do Serviço Único de Assistência Social (SUAS). Assim como acontece a nível nacional, em Curitiba os serviços prestados são divididos em dois níveis distintos de proteção social. A proteção social básica e a proteção social especial, descritas anteriormente.

A população em situação de rua encontra-se na modalidade de média complexidade. Para ações voltadas à ela, as unidades de Proteção Especial atuantes são os CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social – que atende pessoas em situação de risco social em geral, como idosos, pessoas violentadas, pessoas em situação de rua ou qualquer que tenha seus direitos afligidos; os chamados “Centros Pop de Resgate Social”, que são centrais destinadas especificamente ao atendimento à famílias e à população adulta em situação de rua; e o Centro de Convivência Criança Quer Futuro, destinado ao atendimento de crianças nas mesmas condições. Além disso, há a Casa da Acolhida e do Regresso, voltada a migrantes e itinerantes - que estão temporariamente nas ruas (FAS, 2017).

A FAS (2017) atua pautando-se em um mapeamento das áreas identificadas como de incidência de condições de fragilidade social. É realizada uma abordagem social nas ruas geralmente no período noturno, para o posterior encaminhamento para a unidade mais adequada, para abrigo. O abrigo, que caracteriza-se como serviço de alta complexidade, também é disponibilizado em período integral na

unidade de Acolhimento Institucional Mais Viver, que atende homens e mulheres em situação de risco pessoal ou social, na faixa etária de 18 a 59 anos, além de duas outras casas, uma voltada para mulheres com filhos e outra para idosos em situação de risco. Além disso, há a oferta de projetos pontuais, como o “Viva Curitiba que Não Dorme”, operação para acolhimento emergencial da população de rua durante o inverno em 2017, com a oferta de alimentação e dormitório.

Além destes, existem outros serviços que compõem a política de assistência social municipal, como o câmbio verde, da Secretaria Municipal de Abastecimento. Este permite a troca de materiais recicláveis por frutas e verduras, destinados a populações economicamente fragilizadas e também ao abastecimento de unidades assistenciais do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2017).

Em relação à caracterização deste público, foi realizada no ano de 2016 uma pesquisa voltada para a população em situação de rua no município. Esse foi o primeiro e único levantamento nesse sentido até o momento, realizado pela FAS, em parceria com o Instituto Municipal da Administração Pública (IMAP). Os resultados, baseados em 1.113 questionários aplicados, constataram que 89% das pessoas entrevistadas são do sexo masculino e 11% são mulheres. Cerca de 60% está na faixa etária dos 25 a 44 anos. Os bairros com a maior concentração de pessoas em situação de rua são o Centro, com 59%; Boqueirão, 11%; e Portão com 7%. Dessas pessoas, 58% se declararam de outra cidade ou estado, enquanto 42% afirmaram ser de Curitiba e 55% afirmaram possuir parentes próximos na cidade. Sobre a frequência de contato com os familiares, 29% indicou conversar semanalmente com parentes próximos, sendo pai e mãe (34%), seguidos de irmãos (32%) e 15% filhos. Os quatro motivos principais que os levaram à situação de rua foram: envolvimento com drogas, 27%; álcool, 24,7%; conflitos familiares, 22,3%; e desemprego, 9,9%. Segundo o site da FAS, a pesquisa conta com uma metodologia inédita, que pode servir de embasamento para definição de novas políticas públicas para a população. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2016).

O exposto revela a necessidade de inclusão social dessa população para efetivação de seus direitos. O Turismo, por vezes, destaca-se como um meio para tal fim, conforme se verá na sequência.

2.2 TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL

Ao tratar do aspecto social do turismo, Cardoso (2005), explica que a literatura enfatiza três linhas de pensamento. A primeira, voltada à verificação das percepções dos impactos do turismo na visão dos moradores e como isso afeta seu aceite ou rejeição; a segunda, voltada a entender os impactos do desenvolvimento do turismo no destino; e a terceira linha, esta bem mais restrita que as anteriores, que é ligada as tentativas de alguns segmentos da cadeia produtiva do turismo para incluir o aspecto social em seus princípios e ações, visando a redução dos impactos sociais negativos nas comunidades com as quais interagem. Com essas três propostas que se desenvolverá a discussão a seguir, tratando mais especificamente da inclusão social por meio do turismo.

O capítulo pretende relacionar a inclusão social e o turismo, com a exposição de princípios e exemplos práticos do que deve ser feito assim como do que não deve ser feito pela atividade turística. Acredita-se que a visão de exemplos positivos e negativos é relevante para traçar uma linha de ação condizente com os objetivos da pesquisa.

Para criar a relação entre turismo e inclusão social, serão abordados a conceituação de inclusão social e sua aplicação em diferentes práticas, com enfoque em formas em que o turismo se desenvolve junto a comunidades social e economicamente fragilizadas, tanto a nível nacional como internacional, buscando desenvolver uma visão panorâmica da inclusão social por meio do turismo. Em seguida, será apresentada a perspectiva da responsabilidade social nas empresas de turismo, tendo em vista que a iniciativa privada, por sua articulação com a comunidade pode contribuir na inclusão das populações em situação de subalternidade.

2.2.1. A Prática da Inclusão Social no Turismo

A inclusão social é o que podemos chamar de processo de atitudes afirmativas, no sentido de inserir os menos favorecidos no contexto social (OLIVEIRA, 2008). Para Rua (2006), o impedimento total e até mesmo parcial dessa inserção, é a forma pela qual esses grupos sociais tem seus direitos de cidadania negados. Entre esses direitos estão a igualdade perante a legislação e instituições públicas, o acesso a oportunidades de profissionalização, estudo, expressão e cultura, por exemplo. Esse

processo pode estar vinculado também às práticas de lazer e entretenimento (OLIVEIRA, 2008). Em relação à essas práticas, existem diferentes formas de se trabalhar a inclusão social. Uma delas é por meio do turismo. “O turismo é uma ferramenta motivacional, transformadora, criativa, viva. Sendo utilizado de modo organizado, pode induzir ao resgate da cultura local e favorecer a inclusão social das diversas esferas da comunidade” (OLIVEIRA, 2008 p. 102).

Entre essas esferas da comunidade, considera-se o grupo dos menos favorecidos. Nessa discussão, torna-se relevante ressaltar a visão de Demo (2002), que indica que a carência material é apenas a condição externa da desigualdade social. Para o referido autor, destaca-se a necessidade de reinventar toda a condição de cidadania do indivíduo necessitado, a partir da sua valorização e estímulo aos seus direitos. Isso indica que a atuação da inclusão social deve superar as medidas de apoio paliativas, como esmolas, alimentos e vestimentas e considerar a totalidade dos direitos constitucionais anteriormente abordados.

Devido à estigmatização social enfrentada por alguns grupos sociais, há uma tendência à distorção da sua condição de cidadania. Isso também se aplica à população em situação de rua, pois como não são bem vistos, tem dificuldade na participação em serviços e atividades comuns, incluindo condições de trabalho e lazer. Conseqüentemente, as ações de intervenção no modo de vida dessas pessoas, ocorrem muitas vezes, de maneira pejorativa ou discriminatória. Exemplos dessa discriminação são as práticas higienistas adotadas nos centros urbanos para esconder o fenômeno, o recolhimento forçado dos indivíduos, além de massacres e extermínios aos quais estão sujeitos. (Silva, 2009). Atitudes como essas, partem do pressuposto de que o fenômeno da população em situação de rua se desenvolve no sentido contrário ao desenvolvimento econômico do turismo. Contudo, o turismo constitui-se numa exceção à característica excludente do setor econômico (BUARQUE, 2006). Destaca-se o “maravilhoso potencial ético e técnico do turismo. Um dos raros setores que fogem à essa regra excludente, porque para se dinamizar plenamente, o turismo precisa da inclusão social” (BUARQUE, 2006, p 81).

Outros autores também contribuem para a desmistificação da ideia de separação entre o fenômeno da população de rua e o turismo, ao estabelecerem pontos que destacam a multiplicidade de contribuições e possibilidades que ele proporciona para a inclusão social. Coelho e Guimarães (2012) explicam que o encontro e a sociabilidade proporcionados pela prática de atividades turísticas podem

estimular a convivência com a diversificação populacional, o que conseqüentemente, proporciona a inclusão social. Rua (2006), também oferece contribuições nesse sentido, ao explicar que por favorecer a prática da solidariedade e a integração, o turismo é capaz de romper com o isolamento social, já que provoca contato entre culturas e atores variados. O turismo “constitui um dos principais fatores de aproximação entre os povos e, conseqüentemente da manutenção de relações pacíficas” (KRIPPENDORF, 2000, p. 83).

Rua (2006), também destaca que o conhecimento possibilitado durante uma atividade prazerosa como o turismo, facilita a interação entre os atores envolvidos, justamente por ser um momento de baixa tensão. Além disso, explica que o turismo, como atividade com mão de obra intensiva, contribui para empregar pessoas com diferentes perfis ou graus de desenvolvimento. Nesse sentido, Buarque (2006, p. 81), é categórico ao afirmar, de maneira complementar, que o turismo “é um setor que necessita de mão de obra com diferentes níveis de especialização”, exemplificando que um restaurante precisa tanto de um *chef* ou de um lavador de pratos, assim como um hotel pode precisar tanto de administradores, como de arrumadores de camas.

Uma das formas de trabalhar o turismo nessa perspectiva envolve a aproximação da população local com o turista. Porém, cabe ressaltar que se essa relação desconsiderar interesses sociais pode ocorrer de forma negativa, contrária a perspectiva aqui abordada, mas que permite levantar questões importantes quanto ao desenvolvimento do turismo em áreas ou com populações em situação de vulnerabilidade. Como ocorre no caso do turismo pelas favelas. Medeiros (2007a) e Menezes (2007) fazem uma análise sobre a ambigüidade da prática do turismo em áreas de pobreza, tendo como estudo de caso os *tours* realizados na Favela da Rocinha/RJ. Medeiros (2007a, p. 11), coloca um contraponto válido de reflexão sobre tais práticas: “capazes de gerar sentimentos de medo e repulsa, territórios pobres e segregados são transformados, mundo afora, em atrações altamente valorizadas pelo turista internacional”. Os chamados *tours* de realidade são a forma mais comum de aproximação entre populações subalternas e o turismo. Eles aproximam o lazer dos que vem de fora à rotina da população autóctone, ao mesmo tempo em que colocam frente a frente a miséria em que vive a população das favelas e as relações de mercado que lamentavelmente se desdobram a partir da exploração meramente econômica do turismo. Essa forma de exploração do turismo vai ao encontro do que Krippendorf (2000) coloca como “síndrome do zoológico”, onde o autóctone é alvo de

observação e a relação não é de encontro, mas de reforço da condição de superioridade do turista em relação à população. Há um prejulgamento de ambas as partes. O turista em relação ao morador e o morador em relação ao turista e, segundo o autor, isso ocorre pela incompreensão existente - nas duas realidades - sobre a perspectiva do outro.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, ao tratar sobre os efeitos do desenvolvimento do turismo em quatro favelas cariocas, Medeiros (2007b) explica que na favela da Rocinha, o turismo é economicamente explorado pelas agências e poucos empresários demonstram alguma consciência social. O turismo é tido como uma forma de amenizar a violência, mas o lucro em si, não é revertido como deveria para a população. Além disso, os guias recomendam que não sejam deixadas esmolas na comunidade, a fim de não estimular a “profissionalização da miséria” (MEDEIROS, 2007a). Há pouco incentivo da interação do turista com a comunidade local e este é possivelmente um dos motivos pelos quais a incompreensão entre ambos se evidencie.

Tratando do turismo global, Hoerner (2011) explica em seu livro “Geopolítica do Turismo”, como países que chama de insuficientemente desenvolvidos, como o Egito, o Marrocos e a Indonésia escolheram o turismo para aparentemente criar empregos, gerar riquezas e “amenizar as condições de miséria”, atraindo o turista internacional das camadas mais desenvolvidas. Porém, essas condições se desenvolvem às custas da população local, que aceita os salários baixos e os encargos patronais reduzidos, por ser a única alternativa apresentada e não participa ativamente dos benefícios gerados pelo turismo, atuando como mera espectadora de um desenvolvimento, que por não considerar as perspectivas socioculturais, é na realidade ilusório. No Marrocos, por exemplo, “os habitantes que vivem do turismo cruzam o centro turístico e tem a impressão de que são mais estrangeiros em sua cidade do que os turistas” (HOERNER, 2011, p. 171). Hoerner (2011) aborda também as relações de migração dos de países mais pobres para os desenvolvidos para buscar condições de trabalho, nas quais os indivíduos acabam sendo submetidos à condições de subempregos e à permanência de forma clandestina, causando choques entre as populações e culturas.

Vivas (2012), explica que as ilhas caribenhas são outro exemplo, no qual o investimento no desenvolvimento do turismo, não beneficia a comunidade local e atua de forma inversa a proposta de inclusão social. O crescimento do turismo nas ilhas

caribenhas amplia ainda mais a disparidade social e os investimentos em educação e capacitação da população local são voltados primordialmente para o benefício dos turistas. O lucro, nesse caso, destina-se em sua maior parte para os governos estrangeiros e o território, é marcado pela dominação colonial e cultural, que coloca, principalmente a população subalterna em condição de subserviência. A alternativa, proposta pelo autor, nesse caso, é a parceria entre comunidade local, o setor público e privado, no sentido de priorizar a geração de empregos, oferecer suporte ao desenvolvimento de capacidades e habilidades da comunidade (VIVAS, 2012).

Esses exemplos demonstram formas de exaltar as condições precárias e estimulá-las, sem apontar perspectivas de um novo caminho, já que fornecem à população um retorno financeiro muito inferior às suas necessidades e desconsidera seus aspectos socioculturais. Relações como estas podem levar a própria população beneficiada à acomodação, e ainda pode fortalecer o assistencialismo em detrimento da proteção social. Por esses motivos, fica evidente que o desenvolvimento do turismo em áreas de fragilidade social ou com populações em situação de vulnerabilidade deve ocorrer paralelamente à inclusão social da população visitada.

Partindo de outro extremo, Faria e Woortmann (2009), explicam a inclusão social por meio do turismo sob a perspectiva da política patrimonial, que objetiva fazer com que as pessoas entendam e percebam o cenário de sua cidade de residência, para que possam desenvolver uma visão crítica sobre ela. Os referidos autores explicam que a política patrimonial trabalha essencialmente o comportamento, e que alguns problemas sociais ocorrem justamente pela falta de identificação do indivíduo com o patrimônio local. Através de um projeto de profissionalização para jovens, utiliza-se do patrimônio para educação cultural, oportunidade de emprego e promoção da cidadania, além de funcionar como uma forma de chamar a atenção da sociedade e instituições públicas e privadas sobre o patrimônio como instrumento de desenvolvimento social. (FARIA E WOORTMANN, 2009). Dentro da política patrimonial, uma das formas de se trabalhar o entendimento sobre a realidade é a partir da educação patrimonial, definida por Horta (1996, p. 2), como um instrumento de que desenvolve a 'alfabetização cultural' e dessa forma "permite ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido". A autora explica que esse processo leva ao desenvolvimento da autoestima, e à valorização da cultura dos indivíduos e, afirma que o princípio básico da Educação Patrimonial é a experiência

direta com os bens e fenômenos culturais, que permite chegar à sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descobertas a partir da interação.

Rua (2006) também elenca algumas possibilidades de políticas de inclusão social no turismo. Para isso, explica a importância das políticas setoriais, como a educação – que é requisito para as demais políticas - saúde, ambientais e as estruturais (ligadas à infraestrutura, emprego e renda), sendo que o principal problema é a desarticulação entre elas e o turismo é um caminho privilegiado para promover sua integração, porque pode fortalecer o capital físico - por meio de infraestrutura e recursos financeiros; assim como pode servir de estímulo ao desenvolvimento do capital humano por meio de capacitação profissional e educação (RUA, 2006).

Dessa forma, entende-se que a interação proporcionada pelo turismo torna-se um instrumento de contribuição bilateral, já que os “programas inclusivos preparam grupos minoritários para uma vida integrada na sociedade, ao mesmo tempo em que prepara a sociedade a aceitar a diversidade individual” (COELHO E GUIMARÃES, 2012, p. 6).

As práticas de inclusão social por meio do turismo demandam uma relação positiva entre todos os envolvidos, principalmente, tratando-se de aspectos relacionados a pessoas em situação de rua, trata-se de um desafio, por envolver de um grupo populacional que enfrenta a fragilidade econômica e a estigmatização social. Porém, “o turismo não se desenvolve plenamente enquanto não conseguir incluir os excluídos socialmente” (BUARQUE, 2006, p. 81). É nesse sentido que o tópico seguinte abordará o papel das empresas nesta intermediação.

2.2.2 A Responsabilidade Social nas Empresas de Turismo

“Responsabilidade social é o respeito ao direito dos outros, que pode ser entendido como o ‘agir corretamente’ ou a contribuição para o desenvolvimento social sustentável” (RIBEIRO, 2002). Numa perspectiva histórica, a responsabilidade social empresarial ganhou notoriedade nos anos 80 e 90, mas foi a partir dos anos 2000 que se converteu num fenômeno global, que trouxe mudanças na configuração do mercado e na atuação das empresas na sociedade (BARRIOS 2013). Para o desenvolvimento do presente tema, torna-se imprescindível definir o conceito de responsabilidade social empresarial. Gomes (2016), a define como uma filosofia empresarial que tem como fundamento o dever ético da empresa ao interagir com a

sociedade. Em uma linha de pensamento convergente, Parente et al. (2004), entendem a responsabilidade social empresarial como a “posição ética e compromissada da empresa em relação a suas atividades e à sociedade” (PARENTE, et al., 2004, p. 07).

Tratando da responsabilidade social empresarial, Lotz e Ramos As empresas devem compreender que o papel dos negócios vai muito além dos lucros e que a responsabilidade social traz resultados de transformação ao indivíduo, alterando o panorama social nacional.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2003), ainda acrescenta como inerente à responsabilidade social empresarial a necessidade de promover a redução das desigualdades sociais e o estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2003).

Soares e Arrebola (2007, p. 6) fazem uma oportuna diferenciação. Para eles a “responsabilidade social, mais que apenas mera filantropia, é um avançado estágio de exercício da cidadania corporativa”. Para os autores, a principal diferença é que esta “consiste num dever cívico e consciência social, não individual”. Eles ainda explicam que as empresas que a praticam tem sua ética ligada ao dever cívico, pois beneficiam a todos os *stakeholders*, no intuito de estimular o desenvolvimento dos cidadãos.

Outro material do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2013), oferece sete diretrizes da responsabilidade social empresarial, que sugerem práticas para adoção da prática nas microempresas. Para a presente abordagem, destacam-se duas delas: a sexta diretriz intitulada “promova sua comunidade”, e a sétima diretriz que sugere a participação e integração das empresas nos movimentos sociais. Mais especificamente, a sexta diretriz sugere a busca de soluções conjuntas, o investimento na comunidade, a instalação de empresas e o recrutamento de funcionários em comunidades pobres, conscientização e mobilização dos funcionários, a adoção de um projeto social específico, ligados à atividade da empresa, a parceria com outras empresas e a doação de seus produtos e serviços (INSTITUTO ETHOS, 2003).

Estas propostas vão ao encontro da visão de Parente (2004). Para o autor, mais do que aproveitamento de uma oportunidade mercadológica, essas empresas têm a estratégia da responsabilidade social como representação de consciência e

comprometimento com a sociedade (PARENTE, 2004, p. 8). Partindo da mesma premissa ressalta-se que “a responsabilidade da empresa perante suas ações que afetam a sociedade é tão importante quanto a responsabilidade do governo pela boa governança da nação (ALESSIO, 2004, p. 70).

Parente (2004, p. 7), explica que “muitas empresas estão se guiando pela gestão socialmente responsável, porque o mercado e a sociedade exigem das organizações um enfoque social em suas atividades”. No turismo, essa relação não é diferente, e é facilitada, tendo em vista que segundo Caruana, et al. (2014), a prática do turismo responsável “permite abranger uma ampla gama de práticas de responsabilidade social por parte da indústria, tendo em vista que já se encontra bem consolidada entre os atores e também entre os próprios turistas” (CARUANA, et al., 2014, p. 117. Tradução livre). Nesse aspecto, Ribeiro (2002) destaca a correlação intrínseca das empresas com outros agentes na operacionalização de sua missão, tornando o lucro, um meio para atingir suas responsabilidades sociais, que passam a ser sua meta. De forma permanente e contínua, este torna-se o ciclo mais benéfico para as organizações.

Parente (2002) reforça que o leque de relações no mercado e a distribuição territorial, são fatores que potencializam e afirmam o papel das empresas na transformação social. Complementar a essa ideia, Oliveira (2008), aborda o turismo como fator de mudança positiva na comunidade local, defende que a própria comunidade pode e deve se tornar agente principal do desenvolvimento do turismo, incentivada pelas empresas. Para ela “o empreendimento turístico que não envolver a comunidade, oferecendo empregos e outros incentivos, está se auto induzindo ao fracasso” (PARENTE, 2002, p. 95).

As formas de trabalhar responsabilidade social dentro das empresas são múltiplas. Para Canôas (2002), é necessário antes de tudo, trabalhar uma ação educativa sobre o serviço social dentro das empresas, como um meio de criar um ponto entre as visões de patrões e empregados. Essa intermediação deve partir de um assistente social e deve facilitar a articulação das pessoas na atividade de trabalho e facilitar o desenvolvimento tanto da personalidade humana (empregados e empregadores), como dos grupos sociais (comunidade).

Parente (2002), explica que as empresas, ao trabalharem com a comunidade podem trabalhar de duas formas distintas e igualmente relevantes para a sociedade: a capacitação e a geração de empregos. Em relação à atuação, pode se dar por meio

de apoio a organizações não governamentais, participação em programas comunitários, utilização das instalações ociosas da empresa para atividades ou interação da comunidade, estabelecer o local como ponto de coleta de doações e até mesmo incentivo da população ao trabalho voluntário (PARENTE, 2002), formas estas que podem ser adaptadas para a inclusão social das pessoas em situação de rua. Buarque (2006) indica que ações solidárias, como doação de recursos financeiros para algum órgão de investimento em direitos, hotéis que ensinam no sentido de os colaboradores criarem suas ONGs (organizações não governamentais), ou redes que apoiam crianças para terminar seus estudos, ressaltando que a educação básica é o principal vetor para o desenvolvimento socioeconômico de um destino.

Miranda, Arruda e Pereira (2016) explicam as dimensões da sustentabilidade e destacam a dimensão social, sendo que esta se relaciona com o meio na qual a empresa está inserida e analisa as práticas sociais adotadas por esta que tem sociedade local que tem como objetivo o desenvolvimento local e regional. Um estudo de caso dos mesmos autores sobre práticas sustentáveis em um hotel em João Pessoa, na Paraíba, apresenta como um dos meios dessas práticas, a responsabilidade social empresarial. Apresenta-se um hotel que tem grande preocupação com a responsabilidade social. O empreendimento faz parceria com uma ONG e escolas públicas e os apoia na doação de enxovais, na implantação de horta, palestras e preparo dos profissionais internos para lidar com grupos que necessitam de atendimento diferenciado, como as pessoas com deficiência, por exemplo.

Libombo (2010) analisa a responsabilidade social em seis meios de hospedagem (hotéis e alojamentos rurais), no *Concelho de Covilhã*, um dos três que integram a Cova da Beira (sub-região estatística portuguesa), localizada na zona centro de Portugal, na região do distrito de Castelo Branco. Em seu estudo, o autor considera que existem duas dimensões de responsabilidade social. A primeira é a dimensão social interna, que está relacionada ao local e às práticas da empresa voltadas aos funcionários (treinamentos, benefícios). A segunda, a dimensão social externa, voltada à comunidade e agentes externos à empresa. Os aspectos analisados neste caso são o apoio financeiro à comunidade; o emprego solidário (concessão de bolsas de estudo, contratação de pessoas menos favorecidas, por exemplo); as parcerias realizadas para práticas de apoio à comunidade; e o desenvolvimento local gerado a partir da empresa (quando estas cedem o espaço para ações comunitárias e incentivo ao voluntariado partindo dos funcionários).

Silva (2017) estuda pequenas empresas do setor hoteleiro associadas a uma rede. A autora trata especificamente da importância do relacionamento entre as pequenas empresas com vários tipos de entidades, como sindicatos e associações para a aplicação de estratégias coletivas de responsabilidade social.

Os benefícios de aderir à responsabilidade social para a empresa não se limitam ao ambiente interno, mas atingem também a sociedade e, conseqüentemente, garantem projeção no mercado e melhoria na imagem da empresa. Há vantagens que superam o investimento de recursos, quando se entende a natureza social do ambiente econômico, destacando-se principalmente a construção da reputação empresarial (RIBEIRO, 2002). Parente (2004) destaca que frente à competitividade entre as empresas, a diferenciação é obtida pelas empresas por intermédio da Responsabilidade Social, além de ser uma preocupação cada vez mais forte na sociedade.

Sobre o investimento de recursos no social, (RIBEIRO, 2002) destaca a maior aprovação da comunidade, a otimização do consumo dos seus produtos, a contribuição no aumento da produtividade dos colaboradores, a redução no consumo de matéria-prima. Como consequência, coloca a melhoria do desempenho econômico pela maximização dos lucros no médio e longo prazo, de maneira estratégica de posicionamento e continuidade. Explica-se que as empresas consideradas responsáveis socialmente podem adquirir maior confiança, respeito pelos consumidores e pela sociedade, além de outros benefícios como maior aceitação no aumento de preço de seus produtos, aumento do seu volume de vendas em função da preferência do público.

Como visto, são diversas as possibilidades de relacionar o turismo com a população em situação de rua, mas estas perpassam práticas de inclusão social dentro e fora dos ambientes das empresas que atingem a população de forma direta ou indireta. Estas se pautam principalmente no desenvolvimento social gerado aos envolvidos. Nesse aspecto o papel da responsabilidade social empresarial, torna-se ainda mais relevante para o desenvolvimento da inclusão social.

Na sequência, serão apresentados e descritos os procedimentos metodológicos que fundamentaram o desenvolvimento e análise empírica da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

Optou-se por desenvolver a presente pesquisa de maneira qualitativa, pois segundo Alencar (2007), constitui-se na forma de pesquisa mais adequada para descobrir as razões e motivos que levam as pessoas a terem certos comportamentos. Neste caso, a descoberta de fatores que poderiam levar as entidades a adotar - ou não, medidas de inclusão social por meio do turismo e inclusive, a compreensão mais detalhada do contexto em que se desenvolveu a pesquisa. Além disso, pretendeu-se conhecer possibilidades da inclusão social de um grupo - a população em situação de rua e até mesmo analisar o seu significado para os envolvidos – com foco na atuação de organizações variadas.

Em relação aos níveis de pesquisa abordados por Gil (1946), esta caracterizou-se por ser de caráter exploratório, ou seja, por prover uma visão geral sobre o assunto, objetivando a aproximação de realidades e tem como finalidade desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos ou ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos. Para o autor, esta é a forma mais adequada para casos em que o tema é pouco estudado. Complementarmente, Denckcer (2001, p. 124) afirma que “a pesquisa exploratória procura aprimorar ideias e descobrir intuições”. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, “a preocupação central deve estar relacionada às práticas, atitudes e conhecimentos dos sujeitos, mais do que com a quantidade numérica de sujeitos entrevistados” (MINAYO, 2008, p. 48).

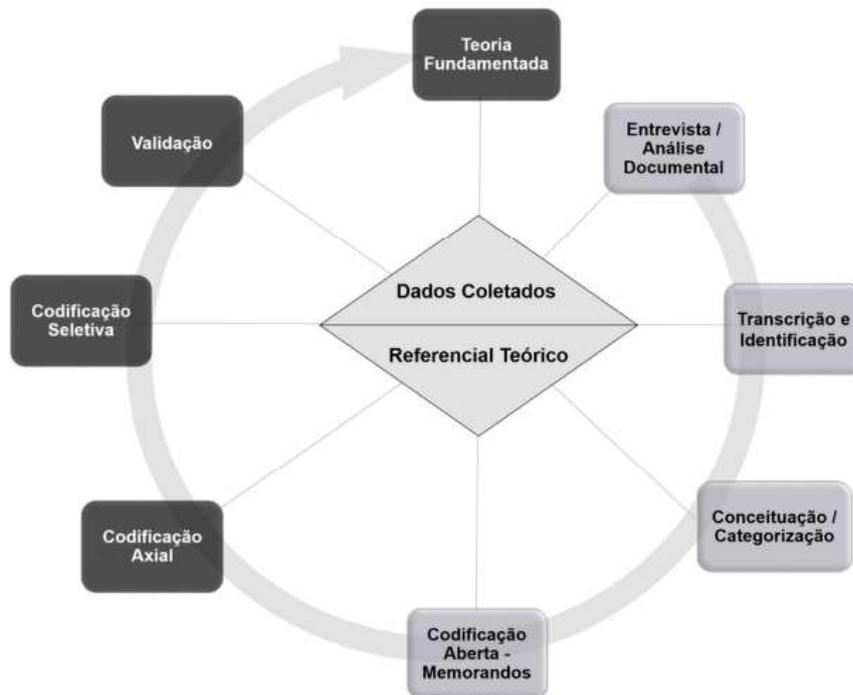
O método escolhido foi a teoria fundamentada, que objetiva conhecer o que é relevante para determinada área de estudo, sem necessidade de gerar uma hipótese a ser descartada ou confirmada e sim, de envolver, conforme a pesquisa se encaminha, possibilidades de descobertas (ALENCAR, 2007). Portanto este método convergiu em relação à sua finalidade com a pesquisa qualitativa e seu caráter exploratório.

3.1.1 Coleta e Análise de Dados

Para coleta e análise de dados, foi utilizada a figura criada por Gomes (2015), que, baseado na teoria fundamentada, desenvolveu um modelo de pesquisa em sete

etapas, conforme figura abaixo (figura 1).

Figura 1 - MODELO DE PESQUISA



FONTE: Gomes (2015)

Para a presente pesquisa, optou-se por utilizar as quatro primeiras etapas da figura, devido à complexidade de seu universo, à limitação de tempo e de recursos humanos e financeiros para desenvolvimento e aplicação das etapas seguintes.

A primeira etapa consistiu na aplicação das entrevistas e análise documental, conforme será detalhado na sequência. A segunda etapa consistiu na transcrição e identificação das falas dos entrevistados. Na terceira etapa ocorreu a conceituação e categorização destes dados coletados, de acordo com as variáveis pré definidas. A quarta etapa consistiu na criação de memorandos, que surgiram a partir da análise dos dados.

3.1.2 Entrevistas

Para a sequência, o procedimento metodológico utilizado foi a entrevista. Lakatos e Marconi (1991) explicam que a entrevista é uma conversação profissional, que permite a aquisição de informações de determinado tema e podem auxiliar no

diagnóstico ou tratamento de um problema social. Além disso, é o método mais utilizado para pesquisa de campo (MINAYO, 2008). Neste caso, houve preferência por realizá-la face a face, para garantir a riqueza de detalhes.

Nessa pesquisa houve preferência por realizar a entrevista face a face, para garantir a riqueza de detalhes. No seu momento inicial foi disponibilizada uma via impressa do termo de consentimento aos entrevistados, conforme Apêndice 4. Após estes manifestarem sua concordância em participar a entrevista foi iniciada.

Foram selecionadas quatro pessoas, em cinco funções diferentes, por serem representantes de diferentes segmentos relacionados ao tema do trabalho – assistência social, população em situação de rua e turismo. Foi ouvido um educador social da Fundação de Assistência Social – FAS. Além disso, foram entrevistados dois agentes relacionados à população em situação de rua. Um representante municipal do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e um militante do movimento, ligado ao Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – InRua, como forma de buscar a perspectiva dos que serão diretamente atingidos pelo projeto. Além disso, pelo mesmo motivo, foi entrevistado um guia de turismo e empresário, proprietário de uma agência de viagens receptiva e emissiva, tendo em vista que a análise de sua visão em relação ao fenômeno da população em situação de rua seria válida justamente por lidar com a venda de atrativos e produtos turísticos da cidade e ter contato direto com a realidade.

Optou-se por utilizar como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista (apêndice 1). O roteiro foi elaborado tendo em vista o problema de pesquisa, o objetivo do estudo, o seu referencial teórico. O roteiro de entrevista foi dividido em 4 seções, vinculadas às referências e aos objetivos distintos.

A primeira seção, nomeada “atuação/valores”, foi elaborada com a pretensão de obter respostas que permitam identificar aspectos pessoais do entrevistado, como o envolvimento com sua área de atuação e a tendência de seus valores pessoais, bem como identificar se há alguma relação ética e de comprometimento social em si ou na empresa que representa, sendo essa identificação a base para as demais análises, conforme visto no referencial teórico.

A segunda seção, “inclusão social”, pretendeu identificar se a população de rua será lembrada como beneficiário e se o turismo foi, de alguma forma indicado como instrumento de inclusão na fala do entrevistado. A terceira seção, nomeada “compreensão do fenômeno” trata especificamente sobre a população em situação de

rua, buscando identificar traços da estigmatização social, preconceito para com a população, bem como a predisposição em oferecer auxílio a essas pessoas. Com as repostas pretendeu-se também identificar o grau de entendimento do entrevistado sobre a população em situação de rua e sua possibilidade de aproximação dessa realidade, identificando se entendiam a relação desse fenômeno com questão social ou atribuem a situação ao indivíduo. A quarta seção, “envolvimento na responsabilidade social” voltou-se especialmente a representantes da iniciativa privada e pretende analisar as propensões a desenvolver projeto em parceria com outras organizações, além do entendimento do entrevistado do conceito de responsabilidade social e se ele perceberia alguma interação entre o turismo e a inclusão social e, além disso, se poderia vir a ser, ou identificaria seu empreendimento como agente transformador da realidade.

Após essas identificações das seções de perguntas, foram elencadas as três principais variáveis relacionadas ao roteiro de entrevista (apêndice 2) que podem contribuir para a análise, sendo elas os valores – envolvendo doze perguntas que englobaram tanto valores pessoais, como empresariais; a inclusão social, com quinze perguntas, e a responsabilidade social, também com quinze perguntas. Foram determinadas estas variáveis, pois, a partir delas seria possível definir a real propensão dos entrevistados à inclusão social das pessoas em situação de rua por meio do turismo. A ordem das questões também foi pensada de modo a identificar primeiro aspectos mais pessoais e que geram mais familiaridade e podem ser respondidos com maior facilidade e depois aspectos mais amplos, que exigem certo conhecimento e esforço. Foram também elencadas as referências relacionadas a cada variável (apêndice 3), para posterior análise, considerando relações entre a bibliografia e a pesquisa de campo.

Após a etapa das entrevistas, foi realizada a transcrição e identificação foi realizada a transcrição e identificação das falas, mantendo o anonimato dos entrevistados.

3.1.3 Observação direta não participante

Além das entrevistas, a pesquisa também contou com observação direta não participante, que conforme Lakatos e Marconi (1991) é uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador tem contato com o grupo estudado, mas sem integrar-se a ele, com papel de espectador. Esta observação foi realizada em dois momentos. O primeiro foi no período da manhã, das 10h00 as 13h00, no dia 04 de julho de 2017, em um Centro Pop - equipamento da Fundação de Ação Social do município, localizado no centro de Curitiba. Neste momento, a pesquisadora pode perceber aspectos da rotina da população em situação de rua frequentadora do local, sendo que a visita abrangeu o momento de entretenimento matutino das pessoas presentes na casa – cerca de 20 - e também o horário do almoço servido à população.

Outro momento de observação direta não participativa foi em audiência pública da população em situação de rua, realizada pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) no dia 07 de julho de 2017, das 9h00 as 13h00, na Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, também no centro. Esta audiência contou com a presença de mais de 100 pessoas em situação de rua, entre os que se utilizavam e os que não se utilizavam dos serviços disponibilizados pela prefeitura. Além disso, havia representantes de diversas organizações da administração pública. Entre eles, a Fundação de Assistência Social, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos a sociedade civil e o próprio MNPR.

3.1.4 Análise dos Dados

Iniciou-se a análise dos dados a partir das falas transcritas dos entrevistados. Essa etapa de análise é denominada conceituação, conforme a Figura 1. Para tanto cada assunto tratado nas entrevistas foi relacionado com os principais temas levantados no referencial teórico, sendo eles: assistência social e turismo e inclusão social, com seus subtópicos correspondentes.

A última etapa foi a codificação aberta, com a criação de memorandos e anotação de ideias e possibilidades que surgiram a partir da análise da etapa anterior. Essa etapa foi realizada a partir das notas de campo obtidas na observação não participante. Esta etapa possibilitou a descoberta de pontos relevantes expostos nas fases seguintes da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A seguir, são apresentados os principais dados da pesquisa, coletados a partir de entrevistas e de observação direta não participante. Vale, portanto, lembrar o público alvo da coleta de dados. Entrevistado A - Educador social; entrevistado B - Representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua; entrevistado C – Militante e voluntário no Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua; e entrevistado D - Guia de turismo/ empresário atuante em Curitiba.

Os entrevistados ao contarem sobre a área de atuação destacaram predominantemente os motivos relacionados a um passado, permeado por circunstâncias que os levaram a sua condição presente. Nesse aspecto, tornou-se perceptível a influência de aspectos pessoais no trabalho desenvolvido por cada um dos entrevistados, ainda que, em diferentes perfis e focos de atuação. O quadro abaixo, descreve essa relação de forma geral e em seguida a este descritivo, apresentam-se os resultados mais relevantes das entrevistas individualmente.

QUADRO 1 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado A	Com formação em turismo e ligado à área da assistência social, é atuante como educador social em um “Centro Pop” da Fundação de Assistência Social de Curitiba - FAS.
Entrevistado B	Passou por um processo de rompimento com sua condição de situação de rua. Voltado especialmente à área da saúde, na qual se profissionalizou antes de passar por sua trajetória em situação de rua. Após deixar a situação de rua, se tornou representante municipal do movimento nacional em defesa dessa população.
Entrevistado C	Militante voluntário no Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – InRua, com histórico de trabalho voluntário, que deixou a situação de rua, a drogadição e passou a defender os direitos e o empoderamento, principalmente da mulher em situação de rua.
Entrevistado D	Guia de turismo e empresário, que atua como guia de turismo de aventura, rural, além de trabalhar o enfoque histórico cultural dos destinos.

FONTE: A autora (2017)

Ao abordarem o envolvimento com questões sociais, foi possível notar a repetição da ideia central de partilhar conhecimento e auxiliar as demandas do outro a partir de suas condições, tanto a partir de conhecimentos técnicos, como a partir de experiências. Ajudar os outros, permitir seu crescimento foram pontos destacados por todos os entrevistados. A seguir, apresentam-se a análises das entrevistas individualmente.

4.1.1 Entrevistado A - Fundação de Assistência Social – FAS

A conversa com o entrevistado A permitiu levantamento de algumas informações relevantes a respeito do funcionamento da assistência social no município. De acordo com ele, uma pesquisa realizada pela Fundação de Ação Social, constatou que em 2016, Curitiba possuía cerca de 1,7 mil pessoas em situação de rua e uma parcela muito pequena utiliza efetivamente os serviços de assistência do município. Os “Centros Pop” e as casas de passagem são os dois equipamentos mais utilizados por essa população na cidade. Ambos oferecem serviços de suprimento de necessidades básicas, como alimentação e higiene. Inicialmente há uma abordagem, realizada pelos assistentes sociais nas ruas, e depois existe um cadastramento dos interessados nestes locais. O centro Pop João Dorvalino Borba, localizado no centro de Curitiba, oferece acolhimento, guarda de pertences, higiene pessoal, café da manhã, lavagem de roupas, oficinas, atendimento social e almoço. À noite, oferece jantar para a população de rua, em parceria com as entidades sociais voluntárias.

Segundo o entrevistado A, o principal fator que dificulta a atuação dos educadores sociais é a permanência das pessoas nestes equipamentos. Por esse motivo, foram criadas, de forma estratégica algumas normas para utilização diária dos Centros POP. Isto ocorre, por exemplo, no horário de entrada e saída. Há um horário limite para entrada para que as pessoas possam receber a alimentação durante o período frequentado, sendo manhã e tarde. “Eles entram às 9h da manhã e caso saiam antes das 15h da tarde, são impedidos de entrarem no dia seguinte”. Ainda, segundo o entrevistado A, essas normas, são estabelecidas a fim de estimular a permanência e a possibilidade de ações diferenciadas com esta população.

Atividades de recreação, filmes, música, dança, comemorações e diversas outras atividades educativas são trabalhadas dentro da casa, segundo o entrevistado

A, no tempo entre o café da manhã e o almoço, para que a motivação da população não seja somente a alimentação no local, mas que haja a possibilidade de desenvolvimento pessoal. Porém, a adesão por parte da população em situação de rua é baixa, comparada à capacidade da casa, porque segundo o entrevistado, muitos são resistentes com atividades meramente lúdicas ou recreativas, nas quais não enxergam possibilidade de desenvolvimento pessoal, e, portanto, consideram perda de tempo. No dia da visita, realizada no Centro Pop João Dorvalino Borba, havia cerca de 18 pessoas no local, sendo que a visita durou do período da manhã à tarde (das 10h00 as 13h00).

Segundo o entrevistado A, a passagem pela casa faz parte de um estágio muito inicial do processo de saída das ruas, pois ali, as pessoas chegam ainda nas mesmas condições em que saíram das ruas, ou seja, em condições precárias de higiene, alimentação e na maioria das vezes, com consumo de alguma substância química. Para o entrevistado A esta acaba sendo a principal limitação no desenvolvimento de novas atividades e causam nos profissionais, um certo cansaço em relação à criação ou proposição de ideias. Muitos deles acabam desanimados por notarem que não há engajamento da população, ou continuidade nos projetos desenvolvidos. Geralmente as ações realizadas no local incluem artistas de fora e oficinas rápidas, que não permitem identificação da população com os instrutores e atividades. Em alguns casos, há até mesmo rejeição e agressão verbal contra os profissionais, pela insatisfação da população em situação de rua com o serviço. Este ciclo evidencia um afunilamento nas perspectivas de ruptura com as condições de rua da população.

Ainda assim, houve a discussão sobre um projeto, desenvolvido pelo educador social entrevistado no Centro Pop, o projeto *“Das ruas do mundo pelas ruas de Curitiba”*, que tem como proposta apresentar os locais da região central de Curitiba, considerados atrativos turísticos à população em situação de rua atendida pelo mesmo. A ideia, que na data da entrevista ainda estava em fase de elaboração, prevê que sejam realizados passeios a pé pela região, em grupos de 10 pessoas, acompanhados por um profissional de turismo e um fotógrafo voluntário, explorando locais considerados de interesse histórico e turístico.

No concernente a outros possíveis projetos, o entrevistado A declarou ser extremamente importante qualquer iniciativa que reforce a condição de identidade, cidadania e unidade do grupo que frequenta. Porém, desenvolver qualquer forma de capacitação profissional no espaço físico do Centro Pop não é possível, pois o público

atingido ainda está numa fase inicial, que requer sociabilização, conscientização e motivação em relação ao seu pertencimento social e sua identidade. Além disso, são poucos os que estão dispostos à participarem de toda atividade proposta, portanto precisa haver primeiro um envolvimento do grupo.

Para o entrevistado A as atividades devem ser de caráter mais simples e integrador, pois este é o pontapé inicial para que sejam levados a outras casas, como os Condomínios Sociais, que estimulam a capacitação destas pessoas para o mercado de trabalho, ainda que nas profissões mais simples. Estes condomínios abrigam pessoas que são encaminhadas após um tempo de integração, pelo centro Pop, quando estas já estão frequentando o centro Pop por vontade própria e participam ativamente das atividades propostas. Além disto, o encaminhamento aos condomínios só ocorre quando estas já estão supridas de suas necessidades básicas, livres dos vícios e já tem certa conscientização social e senso de identidade e valores pessoais. Nestes condomínios, elas são treinadas por um ano em atividades domésticas e aprendem a passar, cozinhar, costurar, entre outras habilidades que podem ser, depois de seu período de moradia, transformadas em uma atividade remunerada. Há um período máximo de um ano para que estas pessoas permaneçam nos condomínios e a partir disto, são incentivadas a procurarem um emprego e a buscar autonomia.

4.1.2 Entrevistado B - Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)

A entrevista com o entrevistado B permitiu um vislumbre ampliado sobre o funcionamento das políticas públicas e relevância da atuação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua no município.

O MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua, visa garantir o tensionamento político em favor da população. Existem diretrizes nacionais que visam a necessidade de políticas públicas efetivas nos municípios e estados. Dentre estas há o decreto 7.053/2009, que trata da Política Nacional da População de Rua e prevê o atendimento desta população em diversas políticas públicas, como habitação, trabalho, saúde e segurança públicas e assistência social.

Segundo o entrevistado B, há a necessidade de “convencimento e mobilização do governo municipal ou estadual para a adesão das diretrizes políticas e garantia da

vinda de recursos federativos que possibilitem a dinâmica efetiva das políticas no município”. As solicitações e demandas que partem da própria população em situação de rua, ganham força política e voz ativa por meio do movimento. Nesse sentido, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua é efetivo, pois “dentro do movimento alguns militantes têm cadeiras dentro de conselhos e comitês técnicos, conforme o entrevistado.

O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMP Rua/PR, é um instrumento de gestão de caráter consultivo e propositivo, que atua também no monitoramento da Política Estadual da População em Situação de Rua. Os membros integrantes deste comitê são: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos; Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária; Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social. Os membros da Sociedade Civil, além do MNPR, são: Casa de Acolhida São José; Fraternidade de Aliança Toca de Assis; Serviço Franciscano de Solidariedade; Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – InRua.

O CIAMP Rua/PR reúne gestores e a sociedade civil para a criação de documentos, termos de ajuste de conduta” (entrevistado B). Para o entrevistado B, a sociedade civil, atua muito em forma de voluntariado, pois “vem suprir as necessidades mínimas até que os tensionamentos políticos aconteçam”. Porém, essas organizações não se envolvem plenamente no desenvolvimento de políticas públicas.

O ideal seria que a necessidade de manutenção das condições básicas a partir de suprimentos (cobertores, alimentos, vestuário) para a população em situação de rua concedidos pelas organizações da sociedade civil fosse decrescente, a medida que a efetivação das políticas públicas se desenvolva e atenda a população. Porém, na prática, o que ocorre é que a sociedade civil acaba por suprir uma demanda de condições básicas de forma crescente, devido à demora nas tomadas de decisão nestes conselhos.

Os acessos intersetoriais da assistência, saúde, trabalho, lazer e habitação do município são a principal dificuldade para o entrevistado B. Além disso, a saúde é apontada como uma das principais dificuldades, pois ela não possui totalidade, ou tem seu processo de tratamento interrompido. “O diagnóstico gera uma receita que leva

uma medicação que não existe nas farmácias populares”.

4.1.3 Entrevistado C - Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – InRua

O entrevistado C detalhou aspectos relativos à resistência da população em situação de rua às medidas propostas pela FAS. Segundo ele, há uma agressividade com a população em situação de rua, pois são recebidos por policiais. Por isso há também uma agressividade por parte da população em relação aos profissionais, que se sentem inibidos no desenvolvimento de novos projetos ou atividades. Porém, destacou a necessidade de reconstrução da dignidade e posteriormente de trabalho para reinserção social desta população.

O entrevistado C destacou o empoderamento das pessoas como fundamental para o exercício de sua cidadania. Segundo ele, há também a necessidade de despertar nas pessoas em situação de rua o seu entendimento enquanto seres portadores de direito, de informação. O trabalho voluntário, tanto nos diversos departamentos do MNPR, quanto nas casas disponibilizadas pela prefeitura e pela sociedade civil foi apontado pelo entrevistado C como um meio de contribuição dos indivíduos enquanto seres sociais, mostrando para a população a possibilidade de sair da situação de rua, a partir do próprio exemplo de vida, ou de suas habilidades. Para ele, todo cidadão pode atuar desta forma e incentivar a saída da população em situação de rua de sua condição.

4.1.4 Entrevistado D – Guia de turismo/ empresário

O entrevistado D, tratando de sua atuação como empresário e guia de turismo, destacou a importância de oferecer roteiros com segurança qualidade e mantendo a sustentabilidade das populações locais, a partir do turismo, com a maior gama de informações possíveis, incluindo o histórico e a cultura do local, da qual a população em situação de rua inegavelmente faz parte.

Para o entrevistado D, todos os indivíduos, dotados de direitos e inclusive de deveres, pessoais e coletivos, devem de alguma forma, inserir-se na defesa dos direitos da população em situação de rua, inclusive com o voluntariado. Para o entrevistado, “não é interessante, como empresário, dar dinheiro, ou um recurso, sem direcioná-lo para uma atividade específica”, que permita seu desenvolvimento

peçoal. Um dos impasses para esta população, segundo ele, é o fato de passarem por serviços de assistência sem receberem preparação para reinserção social. Como empresário, acredita que esta discussão deve envolver o público e o privado.

Há uma vulnerabilidade e marginalização social dessas pessoas, gerada principalmente pelo envolvimento com vícios, porque são financeiramente mais acessíveis. Para ele, por permanecerem por muito tempo nas ruas, suas necessidades fisiológicas ocorrem na rua, o que desencadeia outros problemas ou epidemias urbanas (ratos, baratas).

O entrevistado D, ao falar sobre a possibilidade de empregar pessoas em situação de rua, enfatizou a condição destas pessoas. Ele voltou-se à necessidade de analisar suas competências “acredito sim que algumas dessas pessoas conhecem tão bem a cidade e ouvem tantas histórias que com certeza poderiam fomentar o turismo e até serem guias de turismo”. Mas explicou que isso não quer dizer que se tiver oportunidade irá contratar alguém que não tenha qualificação em detrimento de outro que tenha. Para ele, a ideia de contratar alguém sem qualificação mínima deve ser descartada e as ações de inclusão devem voltar-se para a qualificação.

O entrevistado explica que na relação da população em situação de rua com os turistas, em grupos de passeio pelo centro de Curitiba, em alguns momentos já observou incômodo por parte de clientes. Segundo o entrevistado, este incômodo não se deve ao fato de serem moradores de rua, pois esta é uma realidade comum às cidades turísticas, mas sim, por ferir o espaço pessoal do turista, ou pela divagação, que ocorre principalmente quando esta população está aglomerada ou em grupos muito grandes, e acaba por interferir na fala do guia.

A compilação dos dados mais relevantes das quatro entrevistas permitiu realizar a interpretação e discussão das informações coletadas, como se verá a seguir.

4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Nesta discussão foram analisadas variáveis do referencial teórico, como a necessidade de pertencimento social; os efeitos da inclusão social; o estímulo à responsabilidade social empresarial; a relação entre filantropia das organizações e o direito da população em situação de rua; a autovalorização e o desenvolvimento

pessoal dos indivíduos em condição de rua e a necessidade de aproximação deles com o turista, para maior compreensão mútua das realidades.

Além disso, foram abordados alguns aspectos mais relevantes das entrevistas e da observação, que permitiram a compreensão geral do assunto estudado, levando a informações que em alguns aspectos são comprobatórias e em outros, complementares à bibliografia levantada.

Conforme visto na metodologia, foram elencadas três variáveis relacionadas ao roteiro de entrevista (apêndice 2) sendo elas os valores - que englobaram tanto valores pessoais, como empresariais; a inclusão social e a responsabilidade social. Como se verá a seguir, foi possível perceber a presença maior da variável “inclusão social” devido à repetição de falas que retratavam a necessidade de envolvimento das populações fragilizadas na sociedade e em atividades inclusivas.

Percebe-se que todos os grupos consideram em algum momento as dificuldades da aplicação prática de medidas de inclusão social para a população em situação de rua. Estas dificuldades voltam-se primeiramente à dependência química, seguida da estigmatização social que caracteriza essa população. Apesar desta dificuldade, é possível notar que todos os entrevistados acreditam e consideram válidas as tentativas de inclusão social para este grupo, destacando seus benefícios, evidenciando o bem estar coletivo que a inclusão traria. Na sequência serão apresentadas as entrevistas interpretadas e discutidas individualmente.

4.2.1 Entrevistado A – Fundação de Assistência Social – FAS

A formação em turismo do entrevistado A, foi um fator relevante para a discussão sobre o projeto que estava em fase de elaboração no Centro POP, o projeto “Das ruas do mundo pelas ruas de Curitiba” envolve uma das vertentes trabalhadas na revisão de literatura.

O desenvolvimento de atividades dentro do espaço físico do Centro Pop pode ser um fator que inibe a identificação do público com o local. A ideia de pertencimento deve partir do seu local de sobrevivência (as ruas da cidade), sob uma perspectiva de superação para então ser trabalhada sua relação com a casa e as atividades lá desenvolvidas.

A permanência e entendimento do indivíduo em situação de rua melhorariam a partir da identificação direta do ganho que ele recebe dentro do Centro Pop,

separadamente de suas atividades de capacitação que, por serem normas, para eles soam como imposição. Desta forma, atividades de educação e capacitação dentro de espaços públicos ou de empresas privadas, com o intuito de prepará-los para viver aplicando seus conhecimentos no ambiente externo, seriam mais válidas. Além disso, os educadores sociais que encontram-se desmotivados podem encontrar neste momento uma nova motivação. Além disso, deve-se considerar, que conforme visto, uma das formas com as quais uma empresa pode trabalhar a responsabilidade social empresarial é cedendo seu espaço para realização de projetos e oficinas

4.2.2 Entrevistado B – Movimento Nacional da População em Situação de Rua

A participação ativa da sociedade civil na manutenção de necessidades básicas da população em situação de rua por um lado é benéfica, pois potencializa a execução da assistência necessária. Por outro lado, isenta cada vez mais o poder público da responsabilidade de efetivação dos direitos desta população. Este cenário torna clara a ideia de que a população em situação de rua encontra limitações na garantia de seus direitos, que partem, justamente de pouco envolvimento político de diversos atores.

A atividade da sociedade civil no suprimento às necessidades básicas é permeada pela dualidade. Ao mesmo tempo em que acelera o acesso da população aos serviços, exime parcialmente o serviço social de prover o acesso a esses direitos à população em situação de rua. Esta situação cria uma relação de dependência entre gestores, usuários e beneficiários, que vai além das responsabilidades, mas passa pelos resultados. Este é, sem dúvida, um dos motivos pelos quais a população em situação de rua inclina-se mais favoravelmente aos serviços prestados por voluntários e instituições não governamentais do que pelos serviços oferecidos pela prefeitura do município através da Fundação de Ação Social.

As pessoas em situação de rua apresentam-se resistentes, por sentirem-se mais manipuladas pelas normas dos equipamentos de uso público e preferem, por este motivo continuar na rua do que em uma condição de dependência de terceiros. Porém, ao negarem esses serviços, estão deixando de usufruir de um direito e conseqüentemente, a prefeitura deixa de gastar com a não utilização desses serviços. A relação torna-se, portanto, uma questão delicada, que depende majoritariamente de conscientização, da população em situação de rua (quanto aos seus direitos), e da

sociedade civil a respeito do limite de seus deveres e formas de atuação.

4.2.3 Entrevistado C - Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – InRua

Percebe-se que há uma agressividade por parte da população em relação aos profissionais de assistência social, que se sentem inibidos no desenvolvimento de novos projetos ou atividades. Ao mesmo tempo, a revisão de literatura permitiu verificar que as atividades ligadas ao turismo e lazer, desenvolvem-se num ambiente de baixa tensão, o que estimula a proximidade entre os envolvidos, conforme Krippendorf (2000).

Outro fator relevante, está na necessidade de que a população em situação de rua se reconhecer como portadora de direitos e de informações. O sentido de utilidade, capacidade e pertencimento melhor trabalhado nas atividades que envolvam a população em situação de rua e os educadores, podem integrar ambos os interesses.

4.2.4 Entrevistado D – Guia de turismo/ empresário

Para desenvolvimento de roteiros com a maior gama de informações possíveis, incluindo o histórico e a cultura do local, conforme proposto pelo entrevistado, a população em situação de rua pode pela sua experiência, agregar valor à experiência turística a partir da visão da cidade e de sua relação com os atrativos turísticos.

Ao falar sobre a na relação da população em situação de rua com os turistas, estes incomodam-se quando há grupos e estes interferem na sua privacidade ou experiência pessoal. Deste modo, as ações que estimulem o contato de turistas e a população em situação de rua devem evitar essa situação.

Foi visto que não é interessante dar dinheiro, ou um recurso, sem direcionar a pessoa em situação de rua para uma atividade específica. Neste caso, investir o dinheiro, numa atividade, que permita o bom desenvolvimento pessoal do público alvo, é o principal aspecto a ser considerado.

4.2.5 Síntese dos Resultados

Após a análise dos resultados constatou-se o destaque do tema empregabilidade. Gerenciar uma perspectiva de possibilidade de emprego nas ações de inclusão social, seria trabalhar com uma das expectativas da própria população em situação de rua. O emprego seria também uma das formas de motivá-los a iniciar uma atividade de engajamento e unidade nos equipamentos oferecidos atualmente, o que conforme visto, é um dos principais desafios do Centro Pop João Dorvalino Borba. Além disso, abrangeria os questionamentos levantados pelas quatro organizações entrevistadas, e, portanto, a inclusão social iniciaria considerando interesses diversos.

Principalmente os entrevistados B e C defendem a inserção no mercado de trabalho como o ponto máximo da inclusão social da população em situação de rua. Este posicionamento pode se justificar pela condição solicitada pela maioria dos participantes do MNPR, na observação participante da audiência pública. A maioria das pessoas presentes na audiência mostrou-se interessada em trabalhar e gerar renda. Porém também reconheceram a necessidade de assistência enquanto se preparam. Isto indica que há um processo de inclusão social que deve ser trabalhado de forma a mostrar a esta população uma perspectiva de emprego, sendo que esta também é a condição vista como o objetivo principal por grande parte daqueles que desejam sair das ruas.

Verifica-se que há uma convergência nas entrevistas. Os entrevistados A e D mostram visões um pouco mais restritas, porém complementares a ideia dos entrevistados da sociedade civil a respeito da empregabilidade voltada a estas pessoas. O entrevistado A, por exemplo, abordando a necessidade de uma preparação eficiente e gradativa para a inserção no mercado de trabalho. O entrevistado D, por sua vez, mostrando certa resistência na contratação de uma pessoa em situação de rua sem preparação para a função determinada, mas também destacando a necessidade de qualificação como uma condição para admissão profissional destas pessoas.

A interpretação e discussão destes dados permitiu uma relação da teoria com o objeto, fundamental para o direcionamento e delimitação da etapa seguinte. Nesta será considerada a presente discussão para o cumprimento do terceiro objetivo específico do trabalho, a criação de um projeto para a inclusão social da população em situação de rua por meio do turismo em Curitiba.

5. PROJETO DE TURISMO

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto é um conjunto de atividades de educação patrimonial que se destina a sanar os principais problemas e necessidades observadas na descrição e análise dos resultados da pesquisa. Estas necessidades são principalmente a necessidade de informação, reconstrução dos valores pessoais e conscientização da população em situação de rua. O projeto é direcionado inicialmente para os indivíduos cadastrados no centro Pop João Dorvalino Borba de forma a estimular que mais pessoas aceitem a abordagem nas ruas – a partir do argumento da capacitação, aumentem a permanência nestes locais e desenvolvam seu potencial.

Pretende-se trabalhar inicialmente com 20 pessoas cadastradas, considerando que esta é a média de pessoas, que segundo o educador social entrevistado, efetivamente participam das atividades já propostas pelos educadores no Centro Pop. Além do cadastro, outro pré-requisito para participação no projeto é que os indivíduos sejam alfabetizados. A ideia é que as atividades se desenvolvam em etapas, descritas na sequência. O projeto será realizado em locais que permitam a identificação e sentimento de pertencimento da população em situação de rua com a cidade e seus atrativos. Ele será proposto à Fundação de Ação Social e ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua, sendo desenvolvido, no período de um ano.

O conjunto de atividades de educação patrimonial foi elaborado de forma estratégica. Deve ser colocado em prática, principalmente porque permitirá unir necessidades comuns às organizações ao passo que contribui para a inclusão social da população em situação de rua por meio do turismo. Contribui também para a reconstrução de seu papel social, atingindo, desta forma, objetivos coletivos e sanando as principais questões observadas na análise das entrevistas. Na sequência, apresentam-se a metodologia e descrição das etapas do projeto.

5.1.1 Educação patrimonial

A educação patrimonial provoca no indivíduo um sentimento de pertença e o permite compreender sua participação e influência no processo sociocultural do

patrimônio. Ao tratar o indivíduo como parte deste processo, ela assume um caráter de promotora da inclusão social.

A Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de “*alfabetização cultural*” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura. (HORTA, 1996, p. 2).

Atrelada ao turismo e à visita dos espaços históricos, a educação patrimonial torna-se uma forma do lazer, com foco na experiência, aprendizado e valorização da identidade pessoal e coletiva. Além disso, é inovador, na perspectiva do público alvo e das possibilidades de multiplicação da informação, que podem inclusive, fortalecer a imagem de Curitiba como um destino turístico sustentável, do ponto de vista social.

O objetivo geral do projeto é capacitar a população em situação de rua em relação ao patrimônio histórico da cidade. Entende-se que esta capacitação abrange tanto a autoexpressão e valorização do indivíduo, como promove a valorização do patrimônio da cidade e seus atrativos. Além disso, estimula a aproximação entre os turistas e esta população, conforme abordado na revisão de literatura. O projeto será realizado considerando-se a metodologia de Horta (1996), que apresenta uma proposta para as atividades de Educação Patrimonial se estrutura sobre quatro etapas (observação, registro, exploração e apropriação). Todas essas partes serão desenvolvidas de forma concisa ao longo de um ano, chegando a execução de um tour guiado pelas pessoas capacitadas e posterior exposição nos espaços. Este processo encontra-se detalhado nos quadros a seguir.

QUADRO 2: METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
1) Observação	Exercícios de percepção/ sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive, etc.	Identificação do objeto: função, significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas, modelagem, etc.	Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da análise crítica; desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, documentos familiares, jornais, revistas, entrevistas, etc.	Desenvolvimento da capacidade de análise e julgamento crítico, interpretação de evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão, como pintura, escultura, drama, dança, música, texto, filme e vídeo, exposição em classe.	Envolvimento efetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

FONTE: Horta (1996)

O projeto se desenvolverá considerando as quatro etapas da metodologia apresentada no quadro acima. Em cada uma utilizar-se-á de um ou mais dos recursos ou atividades mencionados na metodologia, como se verá na descrição das etapas, a seguir.

5.2 ETAPAS DO PROJETO

5.2.1 Descrição das etapas do projeto

5.2.1.1 Etapa 1: observação

Esta etapa objetiva a identificação com o objeto, por meio de símbolos, exercícios, anotações. Por isso, propõe-se no mês de janeiro a pesquisa e aquisição dos materiais necessários e a programação do conteúdo das aulas em conjunto com estagiários (voluntários UFPR) e educadores sociais, além da divulgação para a população interessada, com o apoio do MNPR. Conforme o quadro abaixo, durante quatro meses, haverá a aplicação de aulas teóricas/expositivas e práticas de 1 hora com o tema direcionado para vinte pessoas, no período entre as 14 e 15 horas, na própria sede do Centro Pop e em espaços para eventos de um hotel parceiro na cidade, estimulando a responsabilidade social. Conforme visto, uma das formas de aplicar a responsabilidade nas empresas é ceder o local para capacitações, e neste

caso, pretende-se envolver empresas de turismo.

QUADRO 3 – ETAPA 1

Objetivo geral: Capacitar a população em situação de rua sobre o patrimônio do centro histórico de Curitiba	
Objetivo específico 1 a ser alcançado: aprendizagem sobre os atrativos históricos	
Etapa 1: observação	Atividades
1.1 Programação e seleção de voluntários	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação do projeto 2. Processo seletivo 3. Reunião para explicação prática do projeto 4. Solicitar recursos para transporte e alimentação
1.2 Aulas e visitas com o tema direcionado para 20 pessoas, durante 4 meses.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programar o conteúdo das aulas em conjunto com os professores de História e Arte (voluntários UFPR) 2. Providenciar o material necessário 3. Definir o cronograma exato de visitas

FONTE: a autora (2017)

Serão trabalhados nas aulas os dez atrativos listados e escolhidos a partir dos que constam no site da Fundação Cultural de Curitiba e no site da Associação do Centro Histórico e que tenham ligação direta com arte e/ou cultura e estejam localizados próximos ao Centro Histórico. São eles: o Museu Paranaense, a Casa da Memória, Memorial de Curitiba, Casa Romário Martins, Museu de Arte Sacra, Solar do Barão, Casa da Memória, O Largo Coronel Enéas, o Paço da Liberdade e o Reservatório de MPB. Após a identificação, serão feitas as visitas.

As aulas serão intercaladas com cada aula, respectiva ao atrativo visitado. O material de apoio será o mesmo utilizado nas aulas. Com isso, poderá ser feita uma aula ou visita por semana a cada um desses atrativos, com toda a turma simultaneamente. Os alunos serão informados que deverão prestar atenção em todos os atrativos, porque ao final farão um trabalho em dupla sobre um deles, definido por sorteio. Essas visitas terão dia exato da semana a ser definido pelas necessidades observadas ao longo do conteúdo. Após esse processo, de levantamento de informações, estará concluída a primeira etapa, a observação. Dessa maneira será atingida parte essencial do primeiro objetivo específico a aprendizagem sobre os atrativos históricos. Essa aprendizagem se concretizará na etapa que segue.

5.2.1.2 Etapa 2: registro

A segunda etapa da metodologia segundo Horta (1996) consiste no registro, para fixar o conhecimento e estimular a análise crítica. Para isso, já no primeiro dia durante a aula os alunos identificarão as fotografias dos atrativos registradas pelos professores no momento da visita, tentando lembrar aspectos característicos dos locais visitados.

Os 20 alunos serão divididos em 10 duplas (1 para cada atrativo). No sexto mês serão orientados a fazer e apresentar desenhos ou poemas sobre os atrativos. Nos dois meses seguintes produzirão e apresentarão (em forma de teatro) histórias sobre os atrativos (seguindo a ideia das indicações de formas de registro da metodologia de educação patrimonial).

QUADRO 4 – ETAPA 2

Etapa 2: registro	Atividades
1.3. Reprodução do conhecimento em oficinas.	1. Fazer os alunos identificarem em sala de aula fotografias dos atrativos tiradas pelos guias no momento das visitas. 2.. Elaboração de representações artísticas sobre cada atrativo. (desenho, escrita).

FONTE: a autora (2017)

5.2.1.3 Etapa 3: exploração

Essa etapa prevê análise do problema, levantamento de hipóteses e interpretação de significados (HORTA, 1996). Para isso, é necessário que os alunos saiam da sala de aula e passem a ter contato direto com o objeto de estudo. Aproveitando essa necessidade, será feito durante o nono mês o primeiro teste dos alunos atuando como guias nos atrativos. Serão solicitados recursos para transporte e alimentação à empresas parceiros nos dias de visita, como forma de responsabilidade social destas.

Para este teste, os alunos guiarão os próprios professores pelos atrativos determinados (os mesmos que estudaram nos meses anteriores). Serão necessários 5 dias (estimando um grupo de 20 pessoas) com 4 pessoas e 5 atrativos por dia (1 para cada atrativo, acompanhados do guia local) com visitas rápidas, de 15 minutos. Desta forma, será alcançado o segundo objetivo específico, que é disseminar a cultura do Centro Histórico de Curitiba de maneira dinâmica para a população em situação

de rua. Neste momento, os professores deverão fazer registros fotográficos dos testes, para a divulgação do projeto real, nas redes sociais, nas páginas da FAS e do MNPR e dos apoiadores.

QUADRO 5 – ETAPA 3

Objetivo específico 2 a ser alcançado: Disseminar a cultura do Centro Histórico de Curitiba de maneira dinâmica para a população em situação de rua.	
Etapa 3: exploração	Atividades
2.1. Teste do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Solicitar recursos para transporte e alimentação nos dias de visita. 2. Incentivar que os alunos guiem os professores pelos atrativos determinados. (4 alunos por atrativo e 5 atrativos por dia) 3. Fotos do teste para divulgação do projeto nas redes sociais.

FONTE: a autora (2017)

5.2.1.4 Etapa 4: apropriação

É nessa etapa, conforme a metodologia que ocorre a identificação profunda com o patrimônio, envolvimento afetivo e, de fato, a valorização do bem cultural, por meio da participação criativa e autoexpressão. Assim, após todo o embasamento metodológico dado aos alunos, será realizado o *tour*, apenas com aqueles alunos que desejarem realizar a experiência, para garantir o real comprometimento dos envolvidos.

Esse *tour* será conduzido pelos alunos e por um guia de turismo acompanhante e aberto ao público e ao turista que visita os locais e que serão convidados a desfrutar dessa experiência de lazer sob uma perspectiva diferente. Para isso, serão solicitados recursos para empresas de transporte e alimentação parceiras nos dias de visita.

O *tour* ocorrerá de novembro à janeiro, em cinco dos atrativos selecionados, a partir das 13h:00. Sempre aos domingos (metade do grupo de alunos na primeira semana, metade na segunda). Na semana em que não estão envolvidos na visita, os alunos participantes serão incentivados a gravarem vídeos contando sua experiência de vida nas ruas, orientados pelos próprios educadores sociais, nas dependências do Centro Pop. Esses vídeos servirão posteriormente para a aproximação do turista com a realidade dos moradores e também para a validação do caráter social das exposições.

O domingo foi escolhido para o *tour*, pois a movimentação de turistas e famílias

na região é beneficiada pela feirinha do Largo da Ordem e outras manifestações culturais que já ocorrem. Nesse momento também, os professores e responsáveis pelo projeto terão a incumbência de registrar e documentar a experiência lúdica dos alunos. Os grupos serão divididos em duas partes, para evitar a aglomeração da população em situação de rua dentro dos atrativos, e o possível incômodo por parte dos visitantes dos locais, pois, conforme relatado nos resultados isto dificulta a aceitação por parte dos turistas.

Os registros são necessários para que haja posteriormente a elaboração da avaliação do projeto por meio de um caderno de *feedback*, que conterà registros de visitantes, erros, acertos, dificuldades, potenciais e limitações, em todos os aspectos, documentados pelos educadores sociais. Esse caderno também permitirá a identificação de quais foram os atrativos menos visitados, para mensuração do terceiro objetivo da pesquisa, que é a valorização desses espaços.

Essa valorização se dará por meio de exposições permanentes nos próprios atrativos que tiverem esta possibilidade, além de exposições itinerantes, entre as empresas ligadas à Associação do Centro Histórico de Curitiba. Serão expostos nos atrativos todos os trabalhos, desde os desenhos e poemas, feitos no início do ano, até as fotos tiradas durante o *tour*, além dos vídeos com os relatos das histórias das pessoas em situação de rua envolvidas no projeto. Essas exposições serão montadas e divulgadas para o público, totalizando um ano de projeto. Porém, estima-se que devido às exposições permanentes e os relatos dos guias e turistas, o efeito multiplicador dessa ação será alto e pode desencadear novas ações que o transformem em um programa, além de permitir que os alunos educados patrimonialmente possam, de acordo com o interesse, desenvolver novas habilidades nas casas de acolhida, que seria o estágio seguinte ao projeto.

QUADRO 6 – ETAPA 4

Etapa 4:apropriação	Atividades
2.2 City Tour guiado pelos alunos (novembro a janeiro)	2.2.1. Solicitar antecipadamente recursos para transporte e alimentação nos dias de visita. 2.2.2. <i>Tour</i> em todos os atrativos selecionados, ocorrendo a partir das 13h:00. Aos domingos (metade do grupo de alunos na primeira semana, metade na segunda). 2.2.3. Registrar e documentar a experiência lúdica dos alunos. 2.2.4. Gravação simultânea dos vídeos com relatos das histórias dos moradores de rua envolvidos no projeto
Objetivo 3 a ser alcançado: Valorizar os espaços menos visitados	
3.1. Caderno de feedback	3.1.1. Analisar os dados documentados. 3.1.2. Verificar os atrativos menos visitados durante a execução
3.2. Exposição dos registros (janeiro a fevereiro)	3.2.1. Vídeos, fotos e materiais produzidos em sala pelos alunos como exposição permanente nos espaços tidos como menos visitados. 3.2.2. Verificar espaços para exposições. 3.2.2. Divulgar essas exposições nas mídias, ressaltando os atrativos.

FONTE: a autora (2017)

5.2.2 Recursos humanos envolvidos em cada etapa

O quadro abaixo especifica os colaboradores, atribuições e quantidade de pessoas necessária para o desenvolvimento do projeto, dividido por etapas.

QUADRO 7 – RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS EM CADA ETAPA

Etapas	Colaboradores	Atribuições	Quantidade
Etapa 1	Coordenador	Delegar tarefas e fiscalizar	1
	Designer	Criar arte, divulgar	1
	RH	Entrevistas	2
	Estagiário	Operacionalização	1
Etapa 2	Professores	Ministrar as aulas	4
	Guia	Acompanhar as visitas	1
	Estagiário	Operacionalização	1
Etapa 3	Professores	Guia	1
			1
Etapa 4	Guia	Acompanhamento	1
	Educador Social	Gravação dos vídeos	5
	Estagiário	Operacionalização	2
Parcerias divulgação e apoio	MNPR, UFPR, Associação do Centro Histórico de Curitiba, Instituto Municipal de Turismo, Fundação Cultural de Curitiba, Fundação de Ação Social, empresa de transporte e empresa de alimentação.		

FONTE: a autora (2017)

5.2.3 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa

Os desembolsos elencados no quadro abaixo estão relacionados considerando-se os valores, com custos fixos e variáveis, sendo os valores unitários na segunda coluna, o valor dos mesmos para realização isoladamente (uma única vez) na terceira coluna e na quarta coluna o total considerado para o desenvolvimento do projeto durante o ano.

Uma operadora será contratada para ser a empresa patrocinadora do projeto. Dar-se á preferência para aquelas que tenham escritório em Curitiba e tenham interesse e preocupação com a responsabilidade social empresarial. Além disso, por ser uma empresa de turismo, pode estreitar ainda mais a relação entre a atividade e a assistência social, conforme proposto inicialmente.

QUADRO 8 – ORÇAMENTO E DESEMBOLSOS POR ETAPA

Etapa 1 / materiais quantidade	Unidade	1 vez R\$	Ano R\$
Variáveis Alimentação	10,00/pessoa	35 pessoas (organizadores e alunos)	40 encontros 14.000,00
Papel sulfite	R\$16,99 (500 folhas)	350,00	203,88
Variáveis 20 Cartilha atrativos 5 Salários	Doação da Fundação Cultural 1.500,00	- 7.500,00	
Etapa 2 variáveis 20 cadernos 20 canetas	10,00 1,00	200,00 20,00	220,00
Fixos Salário guia	1.500,00	1.500,00	
Etapa 3 Variáveis Câmera Salários	2.000,00 3.500,00	5.500,00	
Etapa 4 Variáveis Exposição de fotos Salários	1,00 x 200 fotos X 10 locais 8.000,00		2.000,00
Outros Gasolina Camisetas	3,79 l 25,00	30 km x 40 encontros 25 x 35 pessoas x 2 x	4.548,00 1.750,00
		Total investimento: 45.221,22	

FONTE: a autora (2017)

5.2.4 Avaliação do Retorno do Investimento

O projeto não necessariamente visa lucro, mas pretende gerar retorno em forma de reconhecimento para a empresa patrocinadora, os apoiadores que trabalharam com a responsabilidade social empresarial e principalmente a qualificação do público alvo. Porém a possibilidade de cobrança de um valor simbólico para manutenção do projeto é válida. Considerando que um guia pode atender um grupo de 15 pessoas e cada pessoa pagar 15 reais em apoio ao projeto:

$$\text{R\$ } 15 \times 15 \text{ pax} \times 4 \text{ vezes ao mês} \times 3 \text{ meses} = 2.700 \text{ (salário)} \times 20 \text{ pessoas} = \\ 54.000,00 \text{ (retorno do investimento de 1 ano)}$$

Além disso, pretende-se deixar uma caixa em cada um dos locais por onde as exposições passarem, para arrecadação de contribuição voluntária por parte dos visitantes das exposições. Este valor não pode ser mensurado previamente, mas será integralmente repassado ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua, para manutenção dos projetos internos.

O monitoramento do projeto ocorrerá paralelamente ao seu desenvolvimento a partir das reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMP Rua/PR, ocorrendo trimestralmente. Os ajustes serão analisados quinzenalmente em reuniões dos educadores sociais do Centro Pop ligados ao projeto. A avaliação do projeto e sua possível continuidade será pautada neste monitoramento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o turismo e a população em situação de rua ainda precisa ser estudada em suas diferentes vertentes e possibilidades. Pautando-se no problema de pesquisa, foram identificadas através da análise teórica e empírica, formas de estreitar a relação entre o turismo e a assistência social, visando a inclusão social da população em situação de rua.

Nesta perspectiva, o primeiro objetivo específico foi alcançado, elaborando-se um referencial teórico que relacionou o turismo e a inclusão social de pessoas em situação de rua, voltando-se principalmente à caracterização e aproximação de ambos. Não se pode negar que a inclusão social desse grupo historicamente fragilizado é um meio bastante interessante de buscar esta relação.

A fase inicial da pesquisa foi fundamental para uma compreensão geral sobre a assistência social, campo bastante amplo e relevante para o estudo social, e que nesta pesquisa está, sem dúvida, sendo analisado em uma parcela pequena, porém significativa para o alcance do objetivo.

Por meio desta pesquisa, o segundo objetivo específico, que consistia em identificar possibilidades de inclusão social das pessoas em situação de rua por meio do turismo em Curitiba, foi atingido. Identificou-se que as possibilidades de ação dentro da área de estudo da assistência social são inúmeras, mas que se restringem quando se utiliza especificamente o fenômeno da população em situação de rua. As contribuições neste sentido surgiram principalmente da pesquisa teórica, pois notou-se certa limitação por parte dos entrevistados na proposição de ideias práticas e condizentes com as restrições deste grupo populacional. Porém, em relação ao terceiro objetivo específico, que era apresentar um projeto para inclusão social das pessoas em situação de rua por meio do turismo em Curitiba, foi fundamental a participação dos entrevistados, que expandiram o cenário da pesquisa e auxiliaram na delimitação do projeto, abordando questões que seriam inviáveis e, portanto, foram descartadas.

Foi possível analisar que a partir da inclusão social por meio do turismo, as possibilidades tornam-se relevantes para este grupo, por constituírem, por meio da empregabilidade, da aproximação com o turista, da sociabilização e da educação patrimonial, conforme selecionado para a presente pesquisa, um verdadeiro instrumento de inclusão e aplicabilidade da responsabilidade social empresarial,

levando-se em conta que, conforme visto no referencial teórico, o turismo constitui-se numa atividade intersetorial, integradora e dinâmica.

A noção de cidadania ligada à percepção de valores individuais é fundamental para a indicação de perspectivas positivas para a população em situação de rua. Mais do que considerar sua condição, é necessário entender suas diferenças, motivações e desejos. Conforme visto, a incompreensão do outro é o que causa essa separação, que se dá principalmente pela estigmatização social, a qual pode ser amenizada a partir das condições adequadas. Ficou evidente que o desenvolvimento do turismo em áreas de fragilidade social ou com populações em situação de vulnerabilidade deve ocorrer paralelamente à inclusão social da população visitada. Porém, por constituir-se num desafio, há poucos esforços neste sentido.

Tanto por meio da revisão de literatura como por meio das falas dos entrevistados e observação direta, foi possível perceber que a principal necessidade da população em situação de rua é a valorização de sua identidade, um pertencimento em relação a cidade e conhecimento sobre seus valores, a partir do acesso à informação.

Esta inclusão é possibilitada pela metodologia de inclusão patrimonial utilizada na proposta do projeto, tendo em vista que as necessidades sanadas pelos seus objetivos são justamente as mesmas que permeiam a população em situação de rua, ou seja, de trabalhar sua inclusão social partindo da reconstrução destes valores.

Como limitações da pesquisa, foi observada a falta de um representante da Associação Comercial do Paraná e o tempo curto para coleta de dados em relação a um campo de pesquisa amplo. A assistência social, o turismo e a inclusão da população em situação de rua são assuntos que merecem novos estudos e, preferencialmente, juntos em novas oportunidades.

A partir do exposto, sugere-se que pesquisas futuras tenham como objetivo: identificar as distinções entre as possibilidades de situação de rua; analisar a percepção da população em situação de rua em relação ao turismo; possibilitar a discussão a respeito da empregabilidade; analisar o posicionamento do turista em relação à população em situação de rua; identificar aspectos favoráveis à ruptura com a situação de rua por meio do turismo; incentivar a interação do turista com a comunidade local; analisar a estigmatização social da população em situação de rua sob a perspectiva de diferentes grupos. Deve-se também analisar novas possibilidades de envolvimento da responsabilidade social empresarial na inclusão

deste grupo. Também é importante a ampliação deste projeto para um programa, que permita a continuidade deste trabalho, conduzindo a população em situação de rua à condições reais de acesso ao mercado de trabalho no turismo, que conforme visto, é o objetivo almejado pelos envolvidos.

Acredita-se que pesquisas neste sentido contribuirão para o aprofundamento do tema e para a criação de estratégias que permitam rupturas ou diminuições reais na contrastante realidade entre a população em situação de rua e o turismo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007.

ALESSIO, R. **Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ARAÚJO, V. de F. C. **Política Nacional para a População em Situação de Rua: Breve Análise**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. **ACP quer plano conjunto das autoridades para resolver o problema dos moradores de rua**. Notícias. Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <<http://acpr.com.br/noticias/acp-quer-plano-conjunto-das-autoridades-para-resolver-o-problema-dos-moradores-de-rua/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BARRIOS, J, L, R. **Diseño de Modelo de Responsabilidad Empresarial en Pyme Constructora Araucana**. (Magister en Administración). Universidad Nacional de Colombia - Orinoquia Facultad de Administración Sede Manizales Arauca, Colombia: 2013.

BONETI, L. W. **Exclusão e Inclusão Social: teoria e método**. Contexto e Educação. Editora Unijui. Rio Grande do Sul, v. 21, n. 35. p.187-206. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: Artigos 203, 204. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Casa Civil**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências Diário Oficial da União, Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República, 2008.

BUARQUE, C. **Turismo, Solidariedade e Inclusão**. In: MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL) (org.). Turismo social: diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal: Rio de Janeiro, 2006.

CANÔAS, J. W. **Planejamento e implantação do serviço social em empresas: limites e possibilidades**. Franca, UNESP, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Tipificação dos serviços socioassistenciais**. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/acer/Downloads/AssistenciaSocialTipificacaoNacionaldeServicosSocioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

CARDOSO, R. de C. **Dimensões sociais do turismo sustentável: estudo sobre a**

contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais Tese (doutorado). Escola de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Gestão do Lazer e do Turismo. Doutorado em Administração de Empresas. São Paulo, 2005.

CARUANA, R; GLOZER, S; CRANE, A. McCabe, S. Tourists' accounts of responsible tourism. **Annals of Tourism Research**. v.46, n. 2. p. 115 -129. 2014.

COELHO, M. de F; GUIMARÃES, M. P. Turismo inclusivo e lazer em espaços públicos. **IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR**. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Rio Grande do Sul, v.26, n.4. p.1-15. 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Defesa **dos direitos das pessoas em situação de rua**. Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais. Guia de Ação Ministerial, Brasília, 2015.

DEMO, P. **O charme da exclusão social**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2002. (coleção polêmicas do nosso tempo).

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2001.

FARIA, N. D. M. de; WOORTMANN, E. F. A Educação Patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v.1, n. 2. p. 49-72. 2009.

FAS – FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. **A Fundação de Ação Social. - FAS** Disponível em: < <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=44>> . Acesso em: 09 abr. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1946.

GOMES, B. M. A. **Políticas Públicas de Turismo**: interação empresários – setor público em Curitiba sob a ótica institucional. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2015.

_____. **Responsabilidade Social**: diferentes abordagens conceituais. Curitiba, 2016 (informação verbal).

HOERNER, J. M. **Geopolítica do Turismo**. Editora Senac, São Paulo, 2011.

HORTA, M. L. P. **Educação Patrimonial**. Boletim do Museu Imperial, 1996.

INSTITUTO ETHOS. **Glossário**. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social Disponível em:< <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>> . Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. **O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza.** Ilka Camarotti e Peter Spink Projeto Práticas Públicas e Pobreza Programa Gestão Pública e Cidadania Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2003.

_____. **Responsabilidade Social Empresarial Para Micro e Pequenas Empresas** – passo a passo. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. São Paulo, 2003.

KLAUMANN A. R. **Moradores de Rua – Um enfoque histórico e socioassistencial da população de rua no Brasil:** a realidade do Centro POP de Rio do Sul/SC. Santa Catarina, 2016.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph. 2000.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LILOMBO, D. B; **Responsabilidade Social das Empresas Turísticas Estudo aplicado a empresas de alojamento turístico no Concelho da Covilhã.** Universidade da Beira Interior. Ciências Sociais e Humanas Dissertação (Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social). Covilhã: 2010. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2428/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em 10 dez. 2017.

LONARDONI, E GIMENES, J. G; SANTOS, M. L. dos; NOZABIELLI, S. R. O processo de afirmação da Assistência Social como Política Social. **Serviço Social em Revista.** Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. v. 8, n. 2. p. 11- 29. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2_sonia.htm>. Acesso em: 08 abr. 2016.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social:** a potencialidade da prática profissional. 2ª Ed. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2013.

MEDEIROS, B. F. A favela e seus trânsitos turísticos. **Observatório de Inovação do Turismo** – Revista Acadêmica. v. 2, n. 2. p. 1 -13. 2007

MEDEIROS, B. F. A favela que se vê e que se vende. **Revista Brasileira de Estudos Sociais.** v. 22, n. 65. p. 62-72. 2007.

MELO, T. H. de A. G. **A Rua e a Sociedade:** articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

MENEZES, P. Turismo e Favela: Reflexões sobre ética e fotografia. Dialogando no Turismo. **Rosana.** v.1, n.3. p 10 - 30. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MIRANDA, L. R. B. de; ARRUDA, M. P. de; PEREIRA, L. A.; Análise de Práticas Sustentáveis: um estudo de caso em empresa do ramo hoteleiro. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**. Florianópolis, v. 5, n.1. p. 42-59. 2016. Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/2670/2610> . Acesso em 10 dez. 2017.

NERI, M. C. **Diagnóstico da Evolução dos Indicadores Sociais em Curitiba, FGV/CPS**. Fundação de Assistência Social (FAS), 2011.

OLIVEIRA, H. V. A Prática do Turismo como Fator de Inclusão Social. **Revista de Ciências Gerenciais**. v. 12, n. 16, p. 91-103. 2008.

PARENTE, J. **Responsabilidade Social no Varejo: conceitos, estratégias e casos no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. FAS realiza pesquisa sobre população em situação de rua de Curitiba. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/fas-realiza-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba/40126>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Programa Câmbio Verde. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/cambio-verde-smab/246>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

QUINONERO, C. G; ISHIKAWA, C. T. NASCIMENTO, J. R. C; MANTOVAN, R. A. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em Questão** – v. 17, n. 30. p. 47-70. 2013.

RIBEIRO, M, de S. A evolução dos conceitos da responsabilidade social. **IX Congresso Brasileiro de Custos** – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002.

RODRIGUES, A. P. D; MACHADO, T. 2014. Assistência Social. Previdenciário. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13961> . Acesso em: 08 abr. 2017.

RUA, M. G. **Turismo e políticas públicas de inclusão**. In: MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL) (org.). Turismo social: diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal: Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, G. D. da. A política de Assistência Social no Contexto Brasileiro de Proteção Social. **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. 25 a 28 de agosto de 2015.

SILVA, L. L. da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo Cortez, 2009.

SILVA, P. M. da; **A influência do pluralismo relacional nas estratégias coletivas de responsabilidade social corporativa de uma rede de pequenas empresas do setor hoteleiro. Repositório Digital da Biblioteca Unisinos**. Rede Jesuítas Brasil. Escola de Gestão e Negócios. Tese (Doutorado em Administração). Rio Grande do Sul (2017). Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6396>>. Acesso em 10 dez. 2017.

SOARES, M. L.; ARREBOLA, M. C. A responsabilidade social como diferencial competitivo do lucro e bem estar social. **RACE – Revista de Administração do Cesusc**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 51–69. 2007.

SOUSA, M. A. População em situação de rua e direitos socioassistenciais no contexto do SUAS: uma análise sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP no município de São Luís/MA. VII **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. 25 a 28 de agosto de 2015.

SPOSATI, A. Assistência Social: de ação individual à direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**. n. 10 – jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf> Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

_____. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo, Cortez, 1988.

VALENCIO, N. F. L. da S et al; Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. v. 7, n. 21, p. 556-605. 2008.

VIVAS, L. M. B. Turismo e desenvolvimento social no Caribe: o lugar do outro. **Revista Iberoamericana de Turismo**. – RITUR, Penedo, v. 2, n. 2, p. 74-88. 2012.

WEIDAUER, R. T. **A “Questão Social” e sua apropriação pelos assistentes sociais supervisores no município de Toledo**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WORLD WITHOUT POVERTY – Mundo Sem Pobreza. Iniciativa Brasileira de Aprendizagem. **A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**.

2015. Disponível em: < https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP--_ - PORT.pdf >. Acesso em: 30 abr. 2017.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM TURISMO**

Entrevista nº _____ data _____ entrevistado _____

Atuação/valores

1. Conte-me sobre a área de atuação.
2. Compartilhe sobre seu envolvimento com questões sociais.
3. Acredita possuir uma missão pessoal? Poderia descrevê-la?
4. Como é a missão empresarial da organização que representa?

Envolvimento na inclusão social

5. O que considera indispensável para o exercício da cidadania?
6. Pode citar grupos que devem possuir prioridade de inclusão social no país?
7. Como acredita que pode contribuir para a inclusão social?

Compreensão do fenômeno (população em situação de rua)

7. Como você entende a população em situação de rua e quais suas principais características?
8. Quais as principais dificuldades enfrentadas por essa população?
9. Quem é responsável pela presença de pessoas em situação de rua?
10. Quais instituições você acredita que devem se envolver nessa causa?

Envolvimento na responsabilidade social – seção exclusiva para empresários

11. Sua empresa contribui de alguma forma para o desenvolvimento social?
12. Como acredita que a população em situação de rua interfere no turismo na cidade?
13. A população de rua interfere de alguma forma em sua empresa?
14. O que acharia de receber pessoas em situação de rua em seu estabelecimento?

15. Acredita que de alguma forma o turismo pode ajudar essas pessoas a sair das ruas, poderia explicar?
16. Em alguma situação, contrataria uma pessoa que deixou a situação de rua? Por quais motivos?
17. Como poderia trabalhar com outros setores na implementação de um projeto de inclusão social?
18. Sob que condições participaria de um projeto de capacitação e inclusão dessas pessoas?

APÊNDICE 2 - RELAÇÃO ENTRE ROTEIRO DE ENTREVISTA E VARIÁVEIS

QUESTÕES	GRUPO DE VARIÁVEIS		
	Valores	Inclusão Social	Responsabilidade Social
	1. Conte-me sobre a área de atuação.	x	
2. Compartilhe sobre seu envolvimento com questões sociais.	x	x	x
3. Acredita possuir uma missão pessoal? Poderia descrevê-la?	x		x
4. Como é a missão empresarial da organização que representa?		x	x
5. O que considera indispensável para o exercício da cidadania?	x	x	
6. Pode citar grupos que devem possuir prioridade de inclusão social no país?		x	
7. Como acredita que pode contribuir para a inclusão social?	x	x	x
8. Como você entende a população em situação de rua e quais suas principais características?	x	x	
9. Quem é o principal responsável pela presença de pessoas em situação de rua?		x	
10. Quais instituições você acredita que devem se envolver nessa causa?	x		x
11.. Sua empresa contribui de alguma forma para o desenvolvimento social?			x
10. Acredita que a população de rua interfere de alguma forma em sua empresa?	x	x	x
11. Acredita que interfere no turismo na cidade?	x	x	x
12. Como acredita que a população em situação de rua interfere no turismo na cidade?			x
13. A população de rua interfere de alguma forma em sua empresa?	x	x	x
14. O que acharia de receber pessoas em situação de rua em seu estabelecimento?	x	x	x
15. Acredita que de alguma forma o turismo		x	x

pode ajudar essas pessoas a sair das ruas? Poderia explicar?			
16. Em alguma situação, contrataria uma pessoa que deixou a situação de rua? Por quais motivos?	x	x	
17. Como poderia atuar com outros setores na implementação de um projeto de inclusão social?		x	x
18. Sob que condições participaria de um projeto de capacitação e inclusão dessas pessoas?		x	x

APÊNDICE 3 – GRUPOS DE VARIÁVEIS E REFERÊNCIAS

GRUPO DE VARIÁVEIS	REFERÊNCIAS
Valores	Sposati (2009), Lonardoni et al. (2006), Weidauer (2008) e Luiz (2013), Silva (2009), Costa (2005), Conselho Nacional do Ministério Público (2015), Demo (2002).
Inclusão Social	World without poverty (2015), Demo (2002), Boneti (2006), Sposati (1998), Klauman (2016), Sousa (2015), Brasil (2008), Araújo (2012), Costa (2005), Melo (2011), Valencio, et al. (2008). Coelho e Guimarães (2012), Faria e Woortmann (2009), Oliveira (2008), Krippendorf (2000), Horta (1996).
Responsabilidade social	Silva (2009), FAS (2017), Oliveira (2008), Medeiros (2007); Menezes (2007a); Menezes (2007b), Ribeiro (2002), Barrios (2013), Gomes (2016), Parente et al. (2004), Instituto Ethos (2013), Soares e Arrebola (2007), Alessio (2004), Caruana et al. (2014), Ribeiro (2002), Canôas (2002), Buarque (2006), Rua (2006), Vivas (2012).

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Natália do Rocio Luiz, graduanda no Programa de graduação em turismo da Universidade Federal do Paraná, convido o(a) senhor(a) a participar do estudo intitulado “Turismo e Assistência Social: Alternativas para a inclusão da população em situação de rua em Curitiba/ PR”. O objetivo desta pesquisa é verificar alternativas para a inclusão social dessa população por meio do turismo e da assistência social.

- a) A sua participação neste estudo é voluntária e para que participe é necessário apenas responder as perguntas que lhe forem feitas, se julgar pertinente.
- b) Apesar de ser reduzido, há o risco do(a) sr.(a) sentir-se incomodado com as perguntas. Caso isso aconteça, pode a qualquer tempo interromper a sua participação na pesquisa.
- c) O benefício esperado com essa pesquisa é um projeto para atingir a inclusão, podendo gerar ideias e análises a respeito de um projeto de turismo. Não necessariamente o(a) sr.(a) será beneficiado de forma direta com o resultado da pesquisa, mas por meio de sua participação contribui para o avanço científico.
- d) A pesquisadora, telefone 41-99515-8711, responsável por este estudo, pode ser contatada para esclarecer eventuais dúvidas que o(a) sr.(a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- e) As informações relacionadas ao estudo se tornar-se-ão públicas após a eventual aprovação do trabalho. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade.

A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Portanto, quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código não relacionado à sua identidade.

Eu, _____, li e compreendi esse termo de consentimento e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa.

Entrevistado Pesquisador – Natália do Rocio Luiz,

_____ de _____ de 2017.